

ISSN 1806-6755

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

# Revista NERA n.4

**Território, Ruralidades e  
Desenvolvimento  
Contemporâneo**

**NERA**

**unesp**   
UNIVERSIDADE  
ESTADUAL PAULISTA

Jan/jul. 2004

# **Revista NERA**

## **Território, Ruralidades e Desenvolvimento Contemporâneo**

**NERA**

**Núcleo de Estudos,  
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
2004**

# Revista NERA

## Coordenação de Publicação

Bernardo Maçano Fernandes  
Anderson Antonio da Silva  
Eduardo Paulon Girardi

## Editores

Anderson Antonio da Silva  
Eduardo Paulon Girardi  
Tânia Paula da Silva  
Karina Furini da Ponte

## Conselho Editorial

Antônio Thomaz Júnior - UNESP/Campus de Presidente Prudente  
Ariovaldo Umbelino de Oliveira - USP/ São Paulo  
Cliff Welch - Grand Valley State University- Michigan/ EUA  
Emília Moreira - UFPB/Campus de João Pessoa  
João Edmilson Fabrini - UNIOESTE/ Campus de Marechal Candido Rondon  
João Rua - UERJ/ Rio de Janeiro  
Júlio César Suzuki - USP/ São Paulo  
Marta Inês Marques - USP/ São Paulo  
Paulo Alentejano - UFF/ Niterói  
Rosa Medeiros - UFRGS/Campus de Santa Maria  
Rosemeire Aparecida de Almeida - UFMS/Campus Três Lagoas  
Valéria De Marco - UFPB/Campus de João Pessoa

## Endereço:

Rua Roberto Simonsen, 305, Presidente Prudente – SP – CEP 19060-900  
Departamento de Geografia - Sala 19  
Fone: (18) 229-5388 - ramal 5552  
e-mail: nera@prudente.unesp.br

## Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n.1., 1998. Presidente Prudente: Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP.

1998 - ano 1, n. 1, n. 2

1999 - interrompida

2000 - ano 3, n. 3

2001 - interrompida

2002 - interrompida

2003 - interrompida

2004 - ano 7, n. 4

Semestral

ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/ UNESP

# SUMÁRIO

---

**5** TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO  
(IZABEL CASTANHA GIL)

---

**20** (RE) PENSANDO O CONCEITO DO RURAL  
(KARINA FURINI DA PONTE)

---

**29** O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO VEICULADO PELOS PARÂMETROS  
CURRICULARES NACIONAIS DE GEOGRAFIA E O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO:  
REFLEXÕES PARA UMA GEOGRAFIA CRÍTICA EM SALA DE AULA  
(NOEMIA RAMOS VIEIRA)

---

**42** O ESPAÇO AGRÁRIO ACREANO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX  
(SÍLVIO SIMIONE DA SILVA)

---

**50** AS REDEFINIÇÕES DO “RURAL”: BREVE ABORDAGEM  
(TÂNIA PAULA DA SILVA)

---

## **Apresentação**

Como publicação eletrônica, a *Revista NERA* é uma novidade que anima todos os pesquisadores e estudiosos ligados com a questão agrária. Contudo, para muitos deles o lançamento da revista é simplesmente o renascimento, em forma mais acessível, da *Série ESTUDOS* do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) que saiu até 2000. Como a *Série ESTUDOS*, a *Revista NERA* traz para o leitor ensaios relatando as pesquisas e os pensamentos sobre a questão agrária mais atualizados no sentido científico, e mais atentos no sentido social.

Além da forma eletrônica de publicação, a grande distinção da *Revista NERA* é o processo coletivo de sua edição. O trabalho da Comissão Editorial, sob a orientação do coordenador do NERA Bernardo Mançano Fernandes, é realizado por uma equipe de especialistas nas questões agrárias como as geógrafas Tânia Paula da Silva e Karina Furini da Ponte que editaram este número, e os coordenadores da publicação Anderson Antonio da Silva e Eduardo Paulon Girardi, que ofereceram assistência constante para todos os envolvidos. Com a publicação na Internet e a participação de novos editores para cada número, a *Revista NERA* promete estar na vanguarda dos estudos agrários no Brasil.

Nesta edição estão reunidos artigos que divulgam pesquisas de campo sobre territórios e transformações no espaço e as conclusões de amplas leituras sobre conceitos significativos na Geografia Agrária como ruralidade e territorialidade, ensaios que revelam questões de importância para nosso entendimento da situação atual do campo.

Izabel Castanha Gil em seu artigo "Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo" examina, sob a luz das necessidades do presente, conceitos de territorialidade, ruralidade e espacialidade com o objetivo de superar a clássica dicotomia da relação cidade-campo. Também Karina analisa em seu artigo "(Re) Pensando o Conceito do Rural", vários conceitos da ruralidade que alimentam uma identificação do rural a partir da relação que as pessoas estabelecem com a terra ao invés de uma definição estabelecida pelas características físicas.

Resultantes de duas pesquisas distintas, os artigos de Noemia Ramos Vieira e Silvio Simione da Silva discutem duas realidades. O artigo de Noemia faz um levantamento dos critérios utilizados para orientar o ensino de Geografia no país. Em "O Conhecimento Geográfico Veiculado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia" ela deixa claro que não se encontra uma séria abordagem da realidade agrária. Já o texto de Silvio, "O Espaço Agrário Acreano nas Últimas Décadas do Século XX" está mostrado como o conflito pelo espaço rural é importante.

A co-editora Tânia fecha a revista com mais um ensaio sobre a ruralidade. Sob o modesto título "As Redefinições do "Rural": Breve Abordagem", ela faz uma crítica da tendência de alguns autores de enfatizar o processo de "urbanização do campo", diminuindo a relevância do rural como categoria analítica. Nesse artigo, do mesmo modo como nos outros, os autores mostram firmeza na defesa da necessidade de compreender a continuidade do rural como espaço sociopolítico e geográfico no passado, presente e futuro.

Como um dos membros mais novos do NERA, apresento o número 4 da *Revista NERA* com muito orgulho de ter participado um pouco da sua produção. O NERA reúne um grupo de pesquisadores energéticos e comprometidos com a examinação constante da questão agrária no Brasil e no mundo. Mesmo com uma estrutura modesta conseguem ligar os detalhes da pesquisa local na conflituosa região do Pontal do Paranapanema-SP com as preocupações globais da luta campestre. Para mim, tem sido uma honra colaborar no desenvolvimento do NERA e tenho certeza que a *Revista NERA* vai contribuir ainda mais no esclarecimento da questão agrária em toda sua ampla definição.

**Cliff Welch**

*Presidente Prudente, 16 de julho de 2004*

## Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo

**Izabel Castanha Gil**

Doutoranda em Geografia da FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.  
Correio eletrônico: [izabelgil.adt@uol.com.br](mailto:izabelgil.adt@uol.com.br)

**Resumo:** O desenvolvimento contemporâneo prescinde de reflexões sobre conceitos, como território e territorialidade, rural e ruralidade, espaço e espacialidade, de modo a superar o significado dicotômico da relação cidade-campo. Produzido espaço-territorialmente pelo exercício do poder de determinados atores sociais, o território inscreve-se num campo de forças e de relações de poder econômico, político e cultural, quase sempre refletindo a hegemonia de grupos privilegiados. A Nova Alta Paulista, localizada no extremo-oeste do Estado de São Paulo, base de análise neste texto, reflete contradições sociais, econômicas, políticas e ambientais, que atestam a sua origem mercantil e pouco comprometida com a socialização de infra-estrutura e de oportunidades. Os municípios, a maioria com menos de 20 mil habitantes, debatem-se por dinamismo multidimensional, porém esbarram em limitações adversas, entre elas a falta de referenciais teórico-metodológicos para análise de sua atual conjuntura, com vistas à refuncionalização, que não deve desconsiderar a sua caracterização rural. A proximidade geográfica entre as pequenas cidades, pouco articuladas até agora, facilita a sua interdependência, através do sistema de tessituras, de nós, e de redes, permitindo maior controle sobre aquilo que pode ser implantado e ou distribuído.

**Palavras-chave:** Ruralidade, Territorialidade, Desenvolvimento, Conhecimento, Mobilização

## Territorialidad y Desarrollo Contemporáneo

**Resumen:** El desarrollo contemporáneo prescinde reflexiones sobre conceptos, como territorio y territorialidad, rural y ruralidad, espacio y espacialidad, de modo a superar lo significado dicotómico de la relación ciudad-campo. Producido el espacio – territorialmente por el ejercicio del poder de determinados actores sociales, el territorio adentrarse en un campo de fuerzas y de relaciones de poder económico, político y cultural, casi siempre reflejando la hegemonía de grupos privilegiados. La Nova Alta Paulista, ubicada en el extremo oeste del Estado de Sao Paulo, base de analise en este texto, refleje contradicciones sociales, económicas, políticas y ambientales, que atestan su origen mercantil y poco comprometida con la socialización de infraestructura y de oportunidades. Los municipios, en su mayoría con menos de 20 mil habitantes, discuten entre ellos mismos por dinamismo multidimensional, pero esbaran en limitaciones adversas, entre ellas la falta de referenciales teórico-metodológicos para la análisis del actual contexto, con vistas a la refuncionalización, la que no debe desconsiderar su caracterización rural. La proximidad geográfica entre las pequeñas ciudades, poco articuladas hasta hoy, facilita su interdependencia, a través del sistema de tesituras, de nudos y de redes, posibilitando mayor control sobre el que puede ser implantado y o distribuido.

**Palabras-clave:** Ruralidad – Territorialidad - Desarrollo – Conocimiento - Mobilización.

|              |                |             |         |                |
|--------------|----------------|-------------|---------|----------------|
| Revista NERA | Pres. Prudente | Ano 7, n. 4 | p. 5-19 | jan./jul. 2004 |
|--------------|----------------|-------------|---------|----------------|

## Introdução

O desenvolvimento contemporâneo é um processo multidimensional, que reflete interação social, econômica, política, cultural e ambiental. A realização da vida humana depende da relação entre pessoas e destas com a natureza. Na sociedade ocidental capitalista, essas relações mostram-se complexas, ordenadas espacialmente em cidade e campo, e estratificadas socialmente em classes sociais.

Considerando que o imperativo da vida independe de ordenamentos e estratificações, faz-se necessário buscar novas formas de organização, com o intuito de propor soluções para problemas elementares, que limitam o dia-a-dia de muitas pessoas.

Propostas bem intencionadas de desenvolvimento, principalmente em pequenas cidades, emperram na execução. Um dos fatores, ainda carente de estudos mais profundos, é a desconsideração de sua caracterização territorial. A hegemonia do urbano mascarou a influência do rural nessas comunidades, fortemente marcadas pela economia e pela cultura do campo.

Mudanças estruturais, que se consolidam na fase hodierna, exigem novas leituras de categorias como rural e ruralidade, território e territorialidade, espaço e espacialidade. Tais interpretações ajudam a compreender o tempo presente e, conseqüentemente, contribuem para a formação de novos referenciais de desenvolvimento contemporâneo. Pretende-se, com isso, identificar elementos teóricos que contribuam para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional contemporâneo, centrado na influência dos sujeitos e do tempo presente.

A intenção, neste ensaio, é estimular a reflexão e o debate sobre a caracterização atual do campo brasileiro frente à hegemonia da cidade e como isso interfere na questão do desenvolvimento.

O universo de pesquisa delimitado como referência para observação e coleta de dados é a Nova Alta Paulista, uma sub-região composta por 24 municípios, localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo, que carece de estudos sistematizados para aquecer o seu desenvolvimento econômico e social.

## Em busca de um referencial teórico

São notórias as transformações paisagísticas, espaciais, territoriais, econômicas, sociais, ambientais e culturais impressas no campo brasileiro após a consolidação da industrialização como novo paradigma econômico-sócio-político do País, a partir das décadas medianas do século XX. Substituição de culturas alimentícias por lavouras comerciais monocultoras, do trabalho familiar pelo assalariado, das técnicas artesanais pela mecanização, do solo fracionado pela grande propriedade.

Os impactos sociais e ambientais fizeram-se rápidos: esvaziamento populacional do campo, urbanização veloz, metropolização, tensão dos recursos naturais, destacando-se a água e o solo, precarização dos serviços públicos (saúde, educação, segurança, etc.) e da oferta de infra-estrutura, especialmente dos transportes coletivos e saneamento básico.

Extensos canaviais, pastagens, campos de soja, quase sempre despovoados, e o adensamento das aglomerações urbanas constituem-se na nova territorialidade do País. O IBGE registrou, no último censo (2000), o percentual de 78% da população vivendo em cidades.

Apesar do superadensamento das metrópoles, boa parte desta população encontra-se espalhada por milhares de cidades, a maioria delas com menos de 20.000 habitantes. Muitos desses municípios, originalmente, foram constituídos a partir de uma economia assentada na agricultura. Nos dias atuais, não está nesta atividade a maior oferta de empregos, nem no campo o maior número de habitantes.

O paradigma hegemônico da urbanização comandada pelas áreas metropolitanas mostra contradições desconcertantes nas regiões distantes das metrópoles, manifestando-

se em precarização dos serviços públicos essenciais, pouca disponibilidade de avanços tecnológicos e pouca oferta de empregos, caracterizando um descompasso na articulação do tempo, quase sempre resultando em estagnação das economias locais. Tal dinâmica provoca mais saída da população e mais dependência do poder público.

Partimos do pressuposto que a realidade é empreendida por vários sujeitos que interagem no tempo e no espaço, não necessariamente no mesmo ritmo, mesma direção e mesma escala. Interesses múltiplos, recursos adversos, poderes assimétricos, imprimem a pluralidade espacial e territorial que caracteriza a realidade regional. No território materializam-se e interagem esses elementos num determinado momento.

Para Saquet (2003, p. 3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural.”

Um território é composto por várias territorialidades. Esta última é uma palavra de espectro de significação intensa. É a totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas. Para Soja (2001), territorialidade é composta por três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Para se compreender o território, é preciso conhecer boa parte das suas territorialidades e estas estão imbricadas na subjetividade dos sujeitos. No caso da Nova Alta Paulista, sub-região em foco neste trabalho, quais motivos fizeram com que os primeiros colonizadores saíssem de suas regiões de origem, desencadeando a produção de um novo espaço? Como se deram as relações de poder na época da constituição dos novos municípios?

Certamente que a motivação para o deslocamento para outra região distante e desprovida de infra-estrutura deveu-se a uma condição de sobrevivência insatisfatória na região de origem ou o aceno de uma possibilidade promissora, já que as terras eram baratas.

As famílias mais capitalizadas compraram grandes glebas de terra explorando-as diretamente ou loteando-as para a venda fracionada e, portanto, mais lucrativa. A maioria dessas famílias colonizadoras, no entanto, dispunham de poucos recursos financeiros, empregando-os na compra de seu pequeno sítio. A exploração era direta e baseada no trabalho familiar, na policultura destinada ao mercado interno, principalmente da capital paulista, que se metropolizava. Forneciam arroz, feijão, milho, amendoim, batata-doce, entre outros produtos. As colheitas de café eram vendidas aos maquinistas, que a comercializavam para exportação. Essa dinâmica imprimiu uma territorialidade desarticulada politicamente naquela região. Neste aspecto, considera-se um forte traço cultural de isolamento das famílias, sem demonstrar preocupação com o associativismo. Desenvolvimento, para eles, constituía-se no atendimento das necessidades básicas e na possibilidade de obter algum excedente, mais com o intuito de evitar privações do que de estender a base coletiva de acesso ao bem-comum.

Para se falar em territorialidade e desenvolvimento, conforme propõe o título deste texto, é preciso, antes, falar em territorialidade. Robert Sack (1986) entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. A territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território.

O território não é produzido de maneira isolada. Ele decorre das articulações estruturais e conjunturais a que esses indivíduos ou grupos sociais estão submetidos numa determinada época, tornando-se, portanto, intimamente ligado ao tempo e ao modo de produção vigente. Este aspecto processual de formação do território constitui a territorialização.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, é um dos produtos socioespaciais do movimento das contradições sociais sob a tríade economia, política e cultura (EPC), que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as re-territorialidades. A perda e a constituição de um novo território nasce no seio da própria territorialização e do próprio território. Contraditoriamente, a des-re-territorialização é composta por processos socioespaciais concomitantes e complementares. (SAQUET, 2003)

É nesse contexto que se pode falar de rural, ruralidade e ruralização. A sociedade hoje funciona de maneira sintagmática por excelência. A articulação das pessoas e dos processos produtivos em redes formais e informais, institucionais e não institucionais, a partir da complexidade tecnológica e do estágio atual do capitalismo, descaracterizou a relação cidade/campo cristalizada até a consolidação do processo industrial.

Campo e cidade tinham funções definidas e diferenciadas, constituindo a chamada divisão territorial do trabalho. Tais funções materializavam-se espacialmente, imprimindo fisionomias próprias a cada um dos dois pólos. A conexão entre eles era feita principalmente pela rede de transporte. Dessa forma, ficavam claramente demarcados os espaços da produção, da circulação e do consumo.

A organização espacial das cidades da Nova Alta Paulista materializava essa relação: as máquinas de benefício de café e cereais eram instaladas nas bordas da cidade, próximas aos principais eixos que davam acesso à zona rural. No centro, localizavam-se os estabelecimentos comerciais e bancários. O estoque das lojas e mercados moldava-se às necessidades de consumo dos agricultores e de suas famílias.

O espaço rural era o lócus da produção agrícola e pecuária por excelência; o solo constituía-se no principal meio de produção; o modo de vida reproduzia esta realidade, sendo muito distinta a cultura rural. As festas manifestavam a satisfação da colheita farta, o calendário agrícola mantinha relação estreita com o calendário religioso (principalmente em países de colonização católica), o linguajar demonstrava a influência regional, só para citar alguns exemplos.

Rural, portanto, dizia respeito àquilo que estava ligado ao movimento, que tinha como eixo fundamental as atividades ligadas à terra, à natureza. O lugar onde essa movimentação ocorria era basicamente o campo. A ruralidade referia-se às relações entre pessoas e grupos sociais, geralmente pequenos e também de pequena complexidade, que se estabeleciam no espaço rural. Assim as festas típicas de uma região produtora de milho mantinham especificidades diferentes das festas realizadas em regiões onde a pecuária extensiva de corte era predominante. As ruralidades são responsáveis pelos diferentes tipos de música, dança, culinária, crenças, lendas, artesanato, arquitetura, etc. Na Nova Alta Paulista destacou-se forte influência italiana, com grande parte dos colonizadores sendo já de segunda geração: a horta, o pomar, o chiqueirão de porcos, as vacas de leite... Esta organização produtiva supria o consumo das famílias, sendo de pequena expressão o abastecimento dos mercados local e regional.

A expansão da rede elétrica e de comunicação, a pavimentação asfáltica facilitando os deslocamentos e encurtando o tempo de separação dos dois pólos – cidade e campo -, a introdução de técnicas, tecnologias e equipamentos altamente cientificizados e os novos hábitos e necessidades da cidade, alteraram essa relação, embaralhando o conceito de relação cidade/campo.

O rural, hoje, pode apresentar-se na cidade e o urbano no campo. Por exemplo: um pescueiro, uma horta ou um pomar instalados fora da cidade, onde as pessoas pescam, colhem, ou apanham a fruta para depois pesar e pagar, dão a sensação de contato direto com a natureza. No entanto, quem os pratica não participou de todo o ciclo natural de reprodução e crescimento dos animais e plantas. Até mesmo quem os produziu para comercialização pode ter se valido de recursos artificiais para encurtar o tempo normal. Trata-se, portanto, de uma atividade majoritariamente comercial e não organicamente ligada

à terra como a concebíamos anteriormente. Da mesma forma, no campo, mesmo que distante da cidade, é cada vez mais recorrente o fato de o mesmo estar conectado ao sistema mundo através da energia elétrica e das telecomunicações. Tais recursos, no entanto, até algum tempo atrás, eram mais compatíveis com a caracterização urbana.

As ruralidades são cada vez mais homogêneas e as heterogeneidades, engendradas pela própria homogeneização, são cada vez mais contraditórias. É possível apontar essas contradições de maneira sintética: aqueles que têm acesso à terra e aos recursos que “urbanizaram” o campo e aqueles que não têm. Em outras palavras: aqueles que superaram a dicotomia cidade/campo e aqueles que não estão inclusos nem no paradigma anterior. O que é o rural hoje? Como se apresenta?

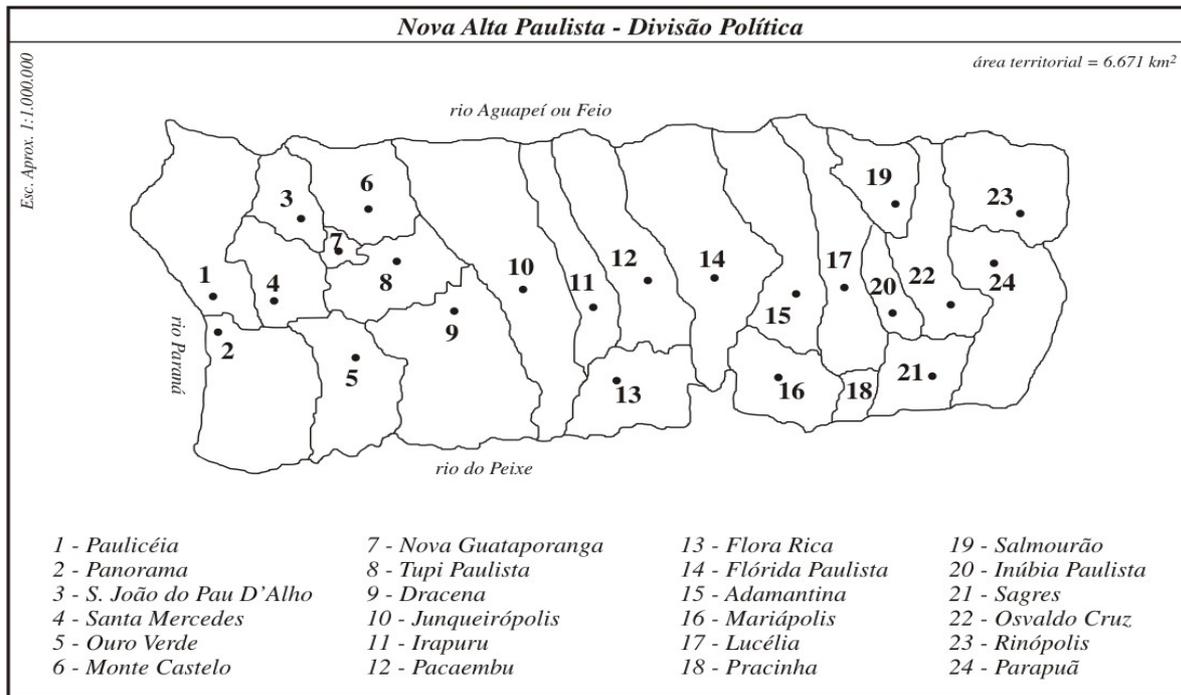
Tais contradições engendram os conflitos sociais, presentes tanto na cidade quanto no campo. Ambos, hoje, se apresentam como lócus da contradição gerada pela concentração e pelas desigualdades. A posse da terra está no centro dessa questão. Como exemplos recorrentes podemos citar os movimentos dos sem-teto, especialmente nas grandes cidades, e dos sem-terra, espalhados por todo o País.

Além dos conflitos, as contradições agem como inibidoras do desenvolvimento econômico e social local e regional. A reconceitualização das categorias território, rural, espaço, e suas derivações, sob as influências dos movimentos imbricados no tempo atual, é condição importante para a visualização do desenvolvimento que se deseja. A cidade consome o que o campo produz, mas é ela quem define o quê, como, quem, quando e quanto produzir. As máquinas, implementos, insumos e até sementes, são produzidos na cidade. A paisagem do campo alterou-se profundamente, assim como as relações de trabalho. Grande parte dos proprietários, mesmo que pequenos, residem na cidade e o trabalhador, agora também urbano, realiza trabalho assalariado. Como consequência, a cultura também mudou, refletindo-se na música, na vestimenta, nos hábitos alimentares, de consumo e de lazer, por exemplo. O consumo crescente da cidade, o abastecimento de matérias-primas para as indústrias e para a exportação alteraram a paisagem rural, a demografia, e a estrutura fundiária: concentração de terras e esvaziamento da população.

### **A Nova Alta Paulista como espaço (des)articulado – a lógica de (in)definição regional**

O foco deste ensaio centra-se no estudo das regiões menos dinâmicas, que passam por uma refuncionalização da sua economia e organização social, principalmente deixando de ser demograficamente rural (segundo os critérios do IBGE), familiar e policultora para uma mescla de monocultura, empobrecimento do pequeno agricultor, e “depósito” de “desocupados” nas cidades, ainda que pequenas.





A base empírica do trabalho toma como referência a Nova Alta Paulista, que se constitui numa porção do Estado de São Paulo constituída por 24 municípios, localizada no extremo Oeste paulista, delimitada a Oeste pelo rio Paraná, ao Sul, pelo rio do Peixe, ao Norte, pelo rio Aguapeí, e a Leste pelos municípios de Iacri e Bastos.

Entre os problemas mais evidentes da região, aos quais está exposta a maior parte da população, destacam-se o desemprego, especialmente entre os jovens, a pauperização que acomete a maior parte dos pequenos agricultores, a degradação do solo, o assoreamento dos rios e córregos, a estagnação do comércio e, mais recentemente, o aumento do tráfico de drogas e da violência.

Como profissionais da educação, há vários anos convivendo com estudantes do ensino médio e superior, constantemente nos deparamos com jovens que precisam interromper seus estudos porque a família não tem como sustentá-los, ao mesmo tempo em que batalham por um emprego, sem consegui-lo, ou desprendem toda a sua força de trabalho em jornadas incompatíveis com as exigências escolares. A sobrevivência imediata é mais imperiosa que o estudo. O diploma torna-se um luxo e a "opção" está sumariamente definida.

O meio ambiente também sofre os seus percalços. O solo, há poucas décadas coberto pela mata densa e por uma camada húmifera de cerca de meio metro, apresenta-se depauperado, cuja camada orgânica limita-se a cerca de dois centímetros (BASSO, 2000). A produção agrícola, cada vez mais, necessita de volumosas aplicações de adubos químicos, elevando os custos de produção. Tais investimentos tornam-se onerosos para o pequeno produtor rural, espremido pelos monopólios que mantêm elevados os custos de produção e as agroindústrias que rebaixam os preços de suas colheitas e criações.

Não bastassem a erosão e o assoreamento, muitos córregos estão comprometidos com o despejo *in natura* de esgotos domésticos e urbanos. Os peixes escassearam-se e o uso da água para irrigação ou para abastecimento de animais é impróprio. Há poluição das águas superficiais, mesmo longe das metrópoles.

Uma das contradições ressalta-se quando se observam os principais agentes poluidores destas águas. Não são indústrias, que, à custa do sacrifício da natureza, geram tributos e oferecem empregos, mas as prefeituras que são responsáveis pelo saneamento, ou a SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), uma empresa estatal de economia mista. Em síntese: o poder público, responsável institucional pelo zelo do bem comum, põe em risco a saúde do cidadão.

Já não se pode desfrutar da decantada tranquilidade do interior, quando, nas noites abafadas de verão, se podia dormir com as janelas abertas. Os jornais locais estampam matérias que comprovam o aumento de furtos e roubos e agressões à mão armada.

Pela SP-294, a principal rodovia que cruza a Nova Alta Paulista, vê-se o trânsito nervoso de viaturas da polícia civil. Não se trata do aumento efetivo de policiais para intensificar a segurança dos cidadãos. São procedimentos inerentes aos presídios recém-construídos ao longo deste eixo rodoviário.

Entre 1999 e 2003, mais de dez mil novos “moradores” instalaram-se na região, distribuídos em sete presídios, num raio de apenas sessenta e cinco quilômetros. Outros três estão em vias de construção. Trata-se da mais recente resposta do governo estadual para os prefeitos que reivindicam fomento para a geração de novos empregos.

Ouvindo pessoas que atuam em atividades filantrópicas, percebe-se certa sobrecarga em suas atitudes solidárias de voluntários. A lista de necessitados não pára de crescer: são remédios, roupas, calçados, agasalhos, alimentos... Não bastassem as necessidades materiais imediatas, a descompensação psicológica merece especial atenção. Houve significativo aumento do alcoolismo, das agressões à criança e à mulher (Delegacia da Mulher de Adamantina, 2002), da prostituição, da delinquência juvenil e, mais recentemente, da droga.

Três cidades – Panorama, Dracena e Adamantina – mantêm casas de recuperação de dependentes químicos, que se sustentam graças ao trabalho voluntário da comunidade. O grupo de apoio “Amor Exigente” não consegue atender a demanda e os reclames dos pais. A DISE (Delegacia de Entorpecentes) atua ostensivamente na prevenção e na repressão do tráfico de drogas. Professores, principalmente de escolas públicas, reclamam da indisciplina em sala de aula e das manifestações de marginalidade ocorridas, com frequência, nas imediações e mesmo no interior da escola. Não é difícil compreender o aumento fenomênico das igrejas evangélicas e pentecostais e do movimento reacionário da igreja católica, ao lado dos descrentes e deprimidos.

### **O extremo-oeste do Estado de São Paulo: noções de tempo e espaço**

A Nova Alta Paulista foi a última porção do território paulista a ser ocupada, fato ocorrido entre o final da década de 1930 e durante as décadas de 1940 e 1950, com a expansão da cafeicultura e da ferrovia, cuja empresa concessionária era a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF).

Esta expansão adentrou o território paulista de forma perpendicular ao litoral, influenciando a sub-divisão do Estado em regiões que ganharam o nome das ferrovias – Alta Sorocabana, Alta Paulista, Alta Noroeste, Alta Araraquarense, e Alta Mogiana. A designação “alta” referia-se à distância da capital (FIGUEIROA, 1988). As ferrovias foram construídas nos espigões divisores, direcionando a construção das cidades nos platôs interfluviais do Planalto Ocidental Paulista, distanciando-as dos vales.

Algumas dessas cidades foram transformando-se em pólos regionais, atraindo, posteriormente, infra-estrutura oficial voltada aos serviços públicos essenciais, como hospitais regionais, campus universitários, departamentos regionais de agricultura, educação, segurança pública, entre outros. Como exemplo, podemos citar as cidades de Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, Bauru, São José do Rio Preto, e outras.

O negócio das terras foi tornando-se lucrativo com a venda a varejo de pequenas glebas, realizadas pelas várias empresas imobiliárias que se instalaram especialmente em Marília, Pompéia, e Oriente. As pessoas interessadas eram, em maior número, imigrantes italianos de segunda geração, provenientes das antigas áreas cafeeiras do centro e do norte do Estado, e de famílias japonesas, também de segunda geração. Mais tarde, já nas décadas de 1960 e 1970, centenas de milhares de migrantes nordestinos também chegaram à região, indo trabalhar como meeiros, arrendatários, e, mais tarde, como trabalhadores diaristas.

As cidades que compõem a Nova Alta Paulista são anteriores à ferrovia. Sabia-se, previamente, do traçado da mesma acompanhando a linha do espigão divisor Peixe-Aguapeí e este fato servia de motivação para a valorização das terras. Assim, essas terras deveriam dar lucros antes da colheita (SPOSITO, 1996, p. 71), caracterizando um empreendimento comercial, e não uma experiência de colonização.

A maior parte dos novos proprietários rurais era constituída de ex-colonos das antigas fazendas de café, contando, portanto, com poucos recursos financeiros, tecnológicos e técnicos. A distância dos centros maiores e a ausência ou precariedade de infra-estrutura como hospitais, escolas, rede bancária, energia elétrica, rede de transporte, influenciavam o valor das terras em relação às propriedades de alto valor agregado nas regiões cafeeiras.

Assim, essas famílias dispunham de dinheiro para comprar uma pequena gleba, contribuindo para que a estrutura fundiária destes municípios fosse constituída, basicamente, por pequenas e médias propriedades rurais. A precariedade dos transportes e o baixo poder aquisitivo dos agricultores dificultavam o deslocamento dos mesmos até as cidades, onde vendiam as suas colheitas e se abasteciam de produtos manufaturados. Tal fato contribuiu para que os vendedores de lotes usassem a vinda da ferrovia como mote para a projeção de novas cidades. Assim, elas foram surgindo no espigão, próximas aos marcos da ferrovia, distando poucos quilômetros uma da outra, pulverizando a rede urbana e configurando a especificidade desta porção regional (FRESCA, 1990). A Nova Alta Paulista possui 6.671 km<sup>2</sup> divididos em vinte e quatro municípios. O mais populoso é Dracena, com 40.500 habitantes, e o menos populoso é Pracinha, com 1.431 habitantes.

#### QUADRO DEMOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DA NOVA ALTA PAULISTA (IBGE – Censo 2000)

| CIDADE                 | ÁREA TERRITORIAL (km <sup>2</sup> ) | POPULAÇÃO TOTAL | POPULAÇÃO URBANA | POPULAÇÃO RURAL | DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km <sup>2</sup> ) |
|------------------------|-------------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|--|
| Adamantina             | 412                                 | 33.470          | 30.342           | 3.128           | 81,20  |
| Dracena                | 488                                 | 40.500          | 37.153           | 3.347           | 82,99  |
| Flora Rica             | 225                                 | 2.177           | 1.568            | 609             | 9,68   |
| Flórida Pta.           | 525                                 | 11.106          | 8.982            | 2.124           | 21,15  |
| Inúbia Pta.            | 87                                  | 3.318           | 2.764            | 554             | 38,14  |
| Irapuru                | 213                                 | 7.457           | 5.629            | 1.828           | 35,01  |
| Junqueirópolis         | 583                                 | 17.005          | 13.420           | 3.585           | 29,17  |
| Lucélia                | 314                                 | 18.316          | 15.698           | 2.618           | 58,33  |
| Mariópolis             | 186                                 | 3.854           | 2.803            | 1.051           | 20,72  |
| Monte Castelo          | 233                                 | 4.089           | 3.004            | 1.085           | 17,55  |
| Nova Guata-Poranga     | 34                                  | 2.087           | 1.728            | 359             | 61,38  |
| Oswaldo Cruz           | 248                                 | 29.648          | 26.141           | 3.507           | 119,55                                       |
| Ouro Verde             | 243                                 | 7.148           | 6.345            | 803             | 29,41  |
| Pacaembu               | 340                                 | 12.518          | 9.497            | 3.021           | 36,82  |
| Panorama               | 353                                 | 13.649          | 12.665           | 984             | 38,67  |
| Parapuã                | 365                                 | 11.104          | 8.494            | 2.610           | 30,42  |
| Paulicéia              | 375                                 | 5.302           | 3.934            | 1.368           | 14,14  |
| Pracinha               | 63                                  | 1.431           | 1.186            | 245             | 22,71  |
| Rinópolis              | 359                                 | 10.255          | 7.948            | 2.307           | 28,57  |
| Sagres                 | 149                                 | 2.439           | 1.578            | 861             | 16,37  |
| Salmourão              | 173                                 | 4.401           | 3.561            | 840             | 25,44  |
| Sta Mercedes           | 167                                 | 2.803           | 2.231            | 572             | 16,75  |
| São João do Pau D'Alho | 118                                 | 2.180           | 1.611            | 569             | 18,47  |
| Tupi Paulista          | 245                                 | 13.286          | 10.877           | 2.409           | 54,23  |
| TOTAL                  | 6.671                               | 259.543         | 219.159          | 40.384          | 40 (média)                                   |
| POP. UR. e RURAL (%)   |                                     | 100,00          | 84,44            | 15,56           |  |

Com a instalação das indústrias automobilísticas, a matriz dos transportes de carga passou para o sistema rodoviário, com reflexo direto sobre os fluxos das regiões interioranas. Os eixos rodoviários estenderam-se para as diversas direções do território paulista, acabando por desativar as ferrovias.

A Nova Alta Paulista, durante a fase ferroviária (década de 1940), teve seu crescimento limitado pela legislação federal da época, que proibia a expansão de ferrovias estaduais para além da fronteira geográfica do Estado onde se localizavam. Ao contrário da Rede Férrea Federal Noroeste do Brasil (que se expandiu para Mato Grosso, atingindo Campo Grande e Corumbá, adentrando a Bolívia), o fim da linha da Companhia Paulista de Estrada de Ferro era Panorama, na margem esquerda do rio Paraná, no extremo oeste do Estado de São Paulo.

Inviabilizou-se, desta maneira, a formação de um fluxo comercial entre a Nova Alta Paulista e o Sudeste do então Estado de Mato Grosso. Em linha reta, a distância entre Dracena e São Paulo (capital) é de 600 quilômetros; entre Dracena e Campo Grande, é de 500 quilômetros. Bloqueou-se um maior dinamismo no lado paulista e também no lado matogrossense, favorecendo o desenvolvimento de Três Lagoas (hoje MS) e Araçatuba (SP), na linha Noroeste, e de Presidente Prudente e Presidente Epitácio, na linha da Sorocabana.

Durante décadas, lideranças da micro-região de Dracena, especialmente, reivindicaram a construção de uma ponte sobre o rio Paraná, ligando os dois estados, mesmo que por via rodoviária. Em 2001, com o represamento do rio para a formação do lago artificial da Usina Hidrelétrica Ministro Sérgio Motta, localizada em Rosana (SP), finalmente a ponte começou a ser construída entre Paulicéia (do lado paulista) e Brasilândia (do lado sul-matogrossense). Após várias paralisações, a construção foi reiniciada em compasso lento. O ideal de integração entre os dois estados, através da rodovia SP-294, que atravessa a Nova Alta Paulista, continua em compasso de espera. Falta, também, um estudo de impacto regional nos dois estados, quando o transporte tornar ininterrupta a comunicação.

Por causa da disposição da ferrovia (sentido leste-oeste), passando por Marília, a Nova Alta Paulista configurou-se espacialmente como uma extensão linear da Alta Paulista, tornando-se “natural” a sua vinculação àquela cidade. A desativação da ferrovia, no entanto, revelou que essa regionalização não estava, de fato, consolidada. A localização geográfica da Nova Alta Paulista e das três capitais regionais – Marília, Presidente Prudente e Araçatuba -, bem como a distribuição espacial dos departamentos públicos, pulverizaram a atração de Marília e criaram uma outra dinâmica.

O distanciamento geográfico de Marília e a desarticulação do vínculo anterior, por via férrea, facilitaram uma polarização lateral. Presidente Prudente, ao Sul, e Araçatuba, ao Norte, com ênfase para Presidente Prudente no comércio, educação e entretenimento, além de outros departamentos das Secretarias Estaduais de Governo. Em meados de 1990, o governo estadual anexou a Nova Alta Paulista à 10ª Região Administrativa, com sede em Presidente Prudente.

Mesmo assim, em relação aos órgãos públicos, as Santas Casas e Postos de Saúde de alguns municípios da Nova Alta Paulista têm convênio com o SUS de Presidente Prudente, outros com Marília. Presidente Prudente exerce jurisdição sobre esta região na agricultura, através da DIRA (Divisão Regional Agrícola); na fiscalização das contas municipais, através de sede regional do Tribunal de Contas; na fiscalização ambiental, através da CETESB; na Assistência Social; na segurança pública, através de escritório seccional de polícia, para citar alguns. Durante a fase em que a telefonia era gerida pelo Estado, a rede de comunicação local estava vinculada à central de Araçatuba.

Até 1998, antes da reestruturação da rede pública de educação, havia três delegacias de ensino na Nova Alta Paulista – Osvaldo Cruz, Adamantina e Dracena -, vinculadas à Divisão Regional de Presidente Prudente (DRE). Atualmente, Adamantina, através da reestruturação do sistema de gestão da rede escolar, transformou-se em Diretoria Regional de Ensino, centralizando a jurisdição que se estende desde Osvaldo Cruz

até Panorama. Parapuã e Rinópolis passaram para a jurisdição da Diretoria Regional de Ensino de Marília.

Até 1995, a Secretaria de Planejamento zoneava o Estado em sub-regiões de governo. Assim, existiam Escritórios Regionais de Planejamento em Osvaldo Cruz, Adamantina e Dracena, que polarizam os municípios vizinhos. Após esta data, os escritórios foram extintos e as três sub-regiões ficaram vinculadas à regional de Presidente Prudente.

Na Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, há um zoneamento do Estado em roteiros turísticos. Parte dos municípios da Nova Alta Paulista (Panorama e Paulicéia) compõem o Roteiro dos Grandes Lagos – Região de Andradina, os demais, compõem o Roteiro Agrícola – Região de Marília.

Como se pode observar, há um “contorcionismo” dos municípios e da população da Nova Alta Paulista “esticando-se” ora para Marília, ora para Araçatuba, ora para Presidente Prudente, esta com maior poder de atração.

A denominação Nova Alta Paulista foi dada pela população local, devido à ocupação posterior à de Marília. Naquela região, a ocupação ocorreu entre as décadas de 1910 e 1920; no extremo oeste, no final da década de 1930, e, principalmente nas décadas de 1940 e 1950. As divisas territoriais também expressam esta indefinição, principalmente a leste, onde há contigüidade de municípios. Ao norte, ao sul, e a oeste, as divisas são demarcadas por rios – Aguapeí, do Peixe, e Paraná, respectivamente. A leste, para alguns, a divisa entre a Alta Paulista e a Nova Alta Paulista estaria nos limites municipais entre Rinópolis e Parapuã (a oeste, inclusos), com Iacri e Bastos (a leste, já pertencentes à Alta Paulista de Marília).

Nos aspectos políticos, a Nova Alta Paulista também evidencia certa “orfandade”, especialmente em relação aos representantes parlamentares na Assembléia Legislativa Estadual e na Câmara Federal. Apesar de várias tentativas, a população nunca elegeu um representante vinculado diretamente a ela. Assim, em épocas de eleição para parlamentares, a região transforma-se em área de “pesca de votos”. Os candidatos vêm, geralmente, das três regiões polarizadoras vizinhas. Outros, dos grandes partidos políticos, geralmente da situação, são dos grandes centros, especialmente da capital. Muitos deles são vinculados às secretarias de estado e atuam nas transações das prefeituras junto ao executivo estadual, resultando em liberação de verbas destinadas a infra-estrutura urbana, reformas de estabelecimentos de ensino ou de hospitais, aquisição de máquinas agrícolas, pavimentação e recapeamento de estradas vicinais ou mesmo da rodovia principal, equipamentos hospitalares, saneamento básico, etc.

A estratégia mais comum desses parlamentares costuma ser ações no varejo, liberando verbas insignificantes no montante do orçamento do Estado, porém suficientes para o trabalho permanente de marketing e subjugação política. Tais parlamentares costumam gerar alguns empregos estratégicos na região, mantendo, inclusive, escritórios regionais, remunerando cabos eleitorais que fazem a mediação entre as reivindicações locais e as esferas superiores.

Quando se trata de questões mais estruturais, como a construção da ponte sobre o rio Paraná, ou a instalação e aparelhamento de um centro tecnológico, tais parlamentares estão organicamente comprometidos com as suas regiões de origem. Em situações-limite, a Nova Alta Paulista depara-se com a sua real condição: está abandonada à própria sorte.

Em relação às forças e agentes internos e externos que atuam emperrando o desenvolvimento regional, podemos tecer alguns comentários. A partir da década de 1980, com a expansão do Pró-Álcool, cinco destilarias instalaram-se num raio de setenta quilômetros. Tal atividade provocou profundas mudanças nas relações de trabalho, na estrutura fundiária, nas formas de exploração da terra, e no valor comercial dessas terras.

Durante a fase da cafeicultura e da policultura, predominavam as pequenas propriedades rurais com exploração familiar direta. A decadência do setor cafeeiro provocou a substituição das lavouras de café e de cereais para alimentação por pastagens (pecuária bovina de corte, especialmente) e por canaviais.

As famílias migraram para os centros industriais, principalmente São Paulo, Campinas, Americana, Limeira e Jundiaí. Outras venderam suas terras para os usineiros e

pecuaristas e migraram para o Centro-Oeste ou para as bordas da Amazônia. Outros, com menor poder aquisitivo, e com menor qualificação profissional, instalaram-se nas próprias cidades da região, tornando-se trabalhadores volantes (bóias-frias) nos canaviais e em outras culturas de expressão menor.

A introdução das pastagens e, principalmente da canavicultura mecanizada, provocou significativa concentração fundiária e valorização das terras, inviabilizando, ainda mais, a pequena agricultura. O quadro demográfico anteriormente apresentado atesta a urbanização da população regional em mais de 80%, sendo que essas cidades não têm como absorver tamanho contingente de mão-de-obra disponível.

Atualmente, as lavouras de cana-de-açúcar (embora temporariamente), os presídios, e as prefeituras, são os maiores geradores de emprego, já que o comércio varejista e os pequenos empreendimentos diversificados vêm retraindo seu quadro de funcionários.

Observam-se, também, a instalação de algumas novas indústrias, principalmente no ramo de confecção, através do sistema de terceirização, típicas da nova fase de produção industrial flexível. Tais iniciativas concretizam espacialmente a denominada involução metropolitana. (SANTOS, 2001, p. 32).

A AMNAP (Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista), desde sua criação, no início dos anos 90, não ultrapassa as limitações de uma política populista pouco comprometida com os interesses coletivos. Os esboços de planos de desenvolvimento regional não apresentavam consistência e continuidade; o que se destacavam eram as disputas pelas sedes das três micro-regiões Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz, por investimentos, principalmente em serviços públicos subvencionados pelo Estado. Nos últimos anos, percebe-se maior e melhor articulação entre os governantes municipais, com a entrada de prefeitos mais comprometidos com as causas regionais.

Há mais de três décadas, existem quatro institutos isolados de ensino superior, voltados originalmente às licenciaturas. Apesar da significativa diversificação atual de cursos, inclusive da área tecnológica, mas nenhum dos quatro campus mantém a prática de estudos regionais.

Dracena e Adamantina sediam duas escolas técnicas agrícolas estaduais (vinculadas ao CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza), sem iniciativas que apontam para uma identificação orgânica com as questões agrárias da região. Em 2003, foi instalado um campus da UNESP em Dracena, com o curso de zootecnia, porém ainda é prematuro falar de sua influência.

Adamantina sedia uma estação experimental agrícola, mantida pelo governo estadual. Apesar de algumas iniciativas, criando dias de campo com certa regularidade, o trabalho de extensão mantém-se tímido e pouco expressivo.

São muito freqüentes as ações filantrópicas voluntárias, vinculadas especialmente à igreja católica e à comunidade espírita, além de outros grupos como Rede Feminina de Combate ao Câncer, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Clubes de Serviço como Rotary Club, Interact Club, Lyons Club, Maçonaria, Grupo de Apoio Amor Exigente, Associação dos Alcoólicos Anônimos, entre outros de abrangência local.

Tais iniciativas têm extraordinário valor social no atendimento a necessidades emergenciais, principalmente nos últimos anos, quando o direcionamento neoliberal das políticas centrais desamparou os cidadãos. Apesar de seu mérito, no entanto, não têm caráter transformador, uma vez que permanecem intocáveis as estruturas que desencadeiam as desigualdades.

Em relação à capacidade de os atuais incrementos econômicos, tecnológicos, intelectuais e políticos de alavancar o desenvolvimento que se deseja para esta “região”, consideramos que eles são suficientes para empreender-lhe maior dinamismo. É preciso que se encontre o “fio da meada” e, neste sentido, o papel da teoria é de fundamental importância. O que leva grande número de pessoas a morar por tanto tempo nesta “região”?

Observam-se empreendimentos econômicos muito bem sucedidos, tanto no campo, quanto nas atividades urbanas, ao lado de outros (a maioria) com sérios problemas para continuarem existindo. Observam-se, também, pessoas de considerável formação profissional e cultural imbuídas de boa vontade em busca de alternativas mais profícuas. Há

grupos e também iniciativas isoladas com ideais voltados à preservação ambiental, às iniciativas filantrópicas, à modernização das práticas produtivas, mas todas de resultados relativos, pois parecem não atingir o âmago da questão a que se propõem. Tais desencontros devem-se a agentes internos ou externos à região?

Faltam elementos teórico-metodológicos para análise regional, que aclarem diagnósticos mais precisos para subsidiar os planos regionais de desenvolvimento. Faltam também articulações multidisciplinares e multissetoriais para a viabilização dos planos. A geografia pode dar a sua contribuição, oferecendo elementos que possibilitem a reflexão sobre a constituição territorial regional em suas múltiplas dimensões: social, cultural, econômica, geográfica, ambiental, e política, entre outras.

O desenvolvimento da Nova Alta Paulista passa pela necessidade de (re)definição conceitual, uma vez que tanto o campo quanto as cidades passam por um processo de refuncionalização. Esta sub-região constitui-se num típico exemplo de recriação do campesinado (OLIVEIRA, 1991) como unidade dialética da subordinação da agricultura ao capital. A agricultura, sob o modo capitalista de produção subordina as relações de trabalho no campo, fazendo com que a pequena agricultura se coloque entre duas poderosas forças hegemônicas: de um lado, a indústria de máquinas, equipamentos, insumos e sementes, nivelando os preços de acordo com a circulação mundializada desses produtos; de outro, a agroindústria rebaixando os preços de acordo com a concorrência do mercado de consumo. A renda da terra, portanto, subordina-se a essas forças e o pequeno agricultor, em desigualdade de forças, acaba sucumbindo aos grandes proprietários, detentores do capital, o que leva à concentração fundiária, monocultura e expropriação.

Os anos de 1990 consolidaram mudanças nas relações cidade-campo, quando a modernização da agricultura e as relações comerciais urbanizadas e mundializadas, associadas às políticas públicas internas deste período começaram a desenhar um novo paradigma no campo, suscitando novas territorialidades e ruralidades. O termo agricultura familiar ganhou status de conceito e este logo se expandiu, ou porque soa como algo simpático, já que contempla a unidade familiar, ou porque passou a ser associado a uma evolução do camponês, tido como sinônimo de arcaísmo e pobreza, em agricultor integrado ao mercado, portanto, à modernização.

Um caloroso debate teórico começa a ganhar corpo: campesinato ou agricultura familiar? Apesar das divergências, intelectuais de diferentes inclinações concordam em pontos fundamentais. Ricardo Abramovay (1999) afirma que “o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto variado de atividades e de mercados”.

Bernardo Mançano Fernandes (2003) diz que “o espaço da luta e da resistência - para que os camponeses continuem sendo produtores familiares – não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital.”

O primeiro, defensor do conceito de agricultura familiar, refere-se àqueles agricultores que já estão na terra e que, por razões intrínsecas às contradições de um sistema econômico, precisam de incorporação de novas tecnologias, integração ao mercado, e do papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas, não conseguem manter a sua própria identidade como produtores rurais, ficando, portanto, excluídos do desenvolvimento que se pretende. Para Abramovay (1999),

O padrão de crescimento urbano que o Brasil vem experimentando nos últimos quinze anos pode tornar-se um trunfo para a revitalização de seu meio rural. As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades.

O segundo refere-se principalmente aos despossuídos de qualquer meio de produção – os trabalhadores rurais sem-terra. Para Fernandes (2003), defensor do conceito de campesinato,

No capitalismo, a destruição do sistema camponês não se efetivou conforme o prognosticado por Lênin e Kaustsky no final do século XIX, nem pelos teóricos da agricultura familiar, no final do século XX, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária.

Ambos concordam que o acesso à terra é condição *sine qua non* para que o cidadão tenha a oportunidade e a liberdade de escolha (Sem, 2004), mas que isto não basta para que possam vencer a pobreza. O acesso à terra deve ser acompanhado de um conjunto de condições que permitam essas transformações, quais sejam, a alteração de ambientes institucionais locais e regionais que permitam a revelação dos potenciais de cada território e como eles podem participar do processo de desenvolvimento.

Agricultura familiar e campesinato, portanto, são conceitos em fase de (re)construção. A sua cunhagem depende fundamentalmente da mobilização e das lutas do segmento em foco: os pequenos agricultores e os despossuídos que reivindicam o acesso e a permanência na terra.

### Considerações finais

Compreendemos desenvolvimento local como intersecção de energia, informação, e ações empreendidas pela sociedade civil, nos seus diferentes segmentos, e pelo Estado, tendo como foco o bem-comum. Amartya Sen (2004) afirma que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente”. Para que haja sinergia entre os sujeitos, o diálogo maduro e propositivo é uma condição apriorística. É preciso que haja semelhança de conceitos, definição de objetivos, metas e funções, e, principalmente, estabelecimento de responsabilidades.

As ações devem emanar do consenso dos grupos envolvidos. O levantamento de informações que caracterizam o universo em destaque deve contemplar a formação econômico-social e histórica da região. Os tempos recentes imprimiram mudanças profundas, que carecem de atenção. O momento carece de razão e sensibilidade para detectar onde, por quem, por que, e de que maneira, o novo está superando ou já superou o velho. A sobreposição dos tempos e suas implicações na vida cotidiana das pessoas devem ser a questão central ao se estudar o desenvolvimento contemporâneo.

A configuração espacial da região, fracionada em pequenos municípios, a maioria deles com menos de 20.000 habitantes, com infra-estrutura urbana insuficiente para o atendimento básico das necessidades dos cidadãos, já dá pistas para um plano de desenvolvimento mais voltado para o bem-comum. A economia assentada nas atividades agrárias não é suficiente para explicar a organização econômica e social de uma região.

Raffestin (1988, p. 150-1) faz referência à distância como fator de interação entre os diferentes locais. Para ele, “os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos, que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade”.

Tal análise indica que o território resulta de um sistema de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço, encerrando uma diferenciação funcional e uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, “que contribuem para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações” (idem). A primeira articulação a ser feita deve ser entre o rural e o urbano, superando a dicotomia ideológica

entre os dois pólos, uma vez que, funcionalmente, ela não existe. Campo e cidade são opostos que se completam.

O fortalecimento das redes dá-se também como decorrência da proximidade geográfica entre as cidades. Na região em estudo, ocorre pouca articulação inter-municipal nos setores básicos, como saúde, educação e cooperação técnica. A intensificação dessas redes pode imprimir um novo sistema em que as tessituras, nós e redes sejam mais interdependentes, permitindo maior controle sobre aquilo que pode ser distribuído.

O desenvolvimento de regiões com menor dinamismo econômico e social requer esforços no sentido de se identificar a contribuição que um novo rural possa dar para a sua própria transformação e para a transformação da sociedade. Se são regiões subordinadas a outras, com fortes influências urbanas, há que se estabelecer prioridades e isto passa pelo acesso à informação para que seus habitantes se contextualizem criticamente no mundo.

Mesmo o Estado já percebeu, e estimula, a mobilização como condição para o desenvolvimento. Mais uma vez o conhecimento e a mobilização são condições basilares, neste caso, para que o caráter regulador do Estado não iniba o potencial criativo que o processo de aquisição de autonomia poderia despertar. O desenvolvimento contemporâneo passa pela oferta de serviços públicos condizentes com a necessidade dos(as) cidadãos(ãs), disponibilidade de infra-estrutura de boa qualidade, sustentabilidade ambiental, distribuição equitativa de renda e inclusão social, articulação espacial entre as localidades (adensamento do sistema de redes), enfim, é preciso que haja sinergia entre sociedade e Estado. Passa também pela (re)definição, no caso da região em estudo, do conceito de agricultura familiar e campesinato, já que a economia regional ainda se assenta na produção agrícola e a estrutura fundiária permanece assentada na pequena propriedade.

### Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1, 2, 3 e 29, nº 1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

\_\_\_\_\_. Paradigma do capitalismo agrário em questão. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Hucitec – ANPOCS – Ed. Unicamp, 1992.

FERNANDES, Bernardo M. Espaços agrários e inclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Revista Currículo sem fronteiras, v. 3, nº 1, pp. 11-27, jan/jun 2003.

FRESCA, Tânia M. A dinâmica funcional urbana do Oeste Paulista. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1992.

MELLO, Jayro (org.). Região, cidade e poder. Presidente Prudente: FCT/UNESP – GAsPERR, 1996.

MOURÃO, Paulo F. Cirino. A industrialização do Oeste paulista: o caso de Marília. Tese de mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1994.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal e lógica dialética. 6ª ed. Trad. de Carlos N. Coutinho. São Paulo: Civilização brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. Trad. de Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª ed. S. Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, Marcos A. O território: algumas interpretações. Texto para debate no Seminário do doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad. de L. Motta. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

VEIGA, José Eli. Cidades imaginárias. 2ª ed. São Paulo: Autores associados, 2003.

WANDERLEY, M. Nazareth B. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e o estudo preliminar sobre os pequenos municípios em PE. Recife: IFPE, 2001.

## (Re) Pensando o Conceito do Rural

**Karina Furini da Ponte**

Mestranda em Geografia da FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

Correio eletrônico: [karinaponte211@hotmail.com](mailto:karinaponte211@hotmail.com)

**Resumo:** Diante das transformações dos espaços e, nesse caso, do rural, torna-se necessário um (re) pensar de seu conceito, de uma forma que possa apreender e entender suas mudanças sem denominá-lo de urbanizado. Nesse sentido, compreende-se como um território que se alterou com a inserção ou fortalecimento de certas características até então não existentes, ou não tão evidentes, para se adaptar ao novo momento conjuntural e estrutural posto pelo sistema a fim de poder sobreviver diante dessa lógica.

Desse modo, pretende-se analisar as diferentes formas até então vigentes de definições do rural (a partir de critérios: político-administrativo, econômico/setorial e quantitativo), buscando entender suas contribuições e limitações para se entender o rural de hoje.

Com isso, possibilitará lançar questões que permitirão identificar o rural não a partir de características, mas de relações que a população estabelece com a terra, sendo esta seu elemento definidor.

**Palavras-chave:** “Urbanização do campo”, Conceito, Rural, Relações, Terra

## (Re) Considering Concepts of the Rural

**Abstract:** In the context of contemporary spatial transformations, especially in the relationship between urban and rural spaces, it is useful to reflect on traditional concepts in a way that will permit us to understand change without obliterating -- “urbanizing” – ideas that capture the distinctiveness of the rural. While recent capitalist developments have altered rural space, it is also true that much rural territory has adapted to survive the logic of the market.

This study analyzes different terms used to define and understand the rural in the context of changing times. It examines conventional concepts linked to statistical, administrative, political, economic, and sectoral criteria in order to evaluate their utility in comprehending rural space in the current conjuncture.

The analysis raises some questions about defining the rural by spatial characteristics rather than by relationships. It advances the proposition that the relationship between people and land is more important in identifying rural space.

**Key words:** “Field urbanization”, Concepts, Rural, Relationships, Land

## Introdução

Com as mudanças dos territórios rurais torna-se necessária uma análise de sua atual configuração, de modo que proporcione um entendimento mais claro e que corresponda a esse contexto metamorfoseado.

|              |                |             |          |                |
|--------------|----------------|-------------|----------|----------------|
| Revista NERA | Pres. Prudente | Ano 7, n. 4 | p. 20-28 | jan./jul. 2004 |
|--------------|----------------|-------------|----------|----------------|

A partir destas transformações do campo dificultou-se uma definição precisa sobre ele, o que foi acentuado pelo método de análise da “urbanização do campo”. Para essa perspectiva todo o rural está assumindo feições urbanas, o que tende ao desaparecimento de tal território pela homogeneização aos moldes urbanos.

Acredita-se que os espaços são dinâmicos, alterando-se a todo instante devido tanto à própria conjuntura do sistema como por influências locais. Mas, parte-se do pressuposto de que suas mudanças ocorrem para se adaptar ao novo contexto de uma forma que permita sua manutenção, recriação e sobrevivência. Deste modo, tanto o território rural como o urbano se modificaram a fim de permanecer enquanto tal.

Neste contexto de mudança é que se torna necessária uma revisão conceitual a fim de apreender este novo território para compreender sua atual configuração sem denominá-lo de urbanizado. Entender o rural possibilita ressaltar sua importância para o conjunto da sociedade e não apenas como um território residual e, além disso, poder lançar alternativas de propostas para um desenvolvimento rural de acordo com estas novas realidades, de modo que permita um desenvolvimento e um progresso não a partir da inserção de características, mas da melhor utilização destas.

### 1.1) Rural: um território em transformação.

Ao nos propormos analisar o conceito do rural, torna-se necessário recorrer ao processo histórico que engendra as diferentes realidades, uma vez que pela própria dinamicidade do processo têm-se contextos heterogêneos para cada período, o que leva a uma configuração específica para tais territórios, repercutindo em diferentes conceitos.

Em cada momento histórico, o rural apresenta diferentes conceituações e mesmo dentro de cada período, há vários tipos de realidades rurais, pois além de dependerem das transformações globais, dependem também de fatores locais, o que os obriga a se adaptarem a certos fatores para sobreviverem.

Até o século XVIII, o rural apresentava-se como um território de importância primária para o conjunto da sociedade, tendo uma maior concentração populacional, se comparado ao meio urbano, e representando uma significativa contribuição para a economia em termos produtivos.

A partir desse período, segundo Pérez (2001), inicia-se um processo de transformação da sociedade, na qual a idéia de progresso surge como o caminho a ser trilhado pela humanidade a fim de avançar do passado para um futuro, ou seja, passando do atrasado para o moderno, do rural para o urbano, da agricultura para a indústria.

Essa passagem culminou com a Revolução Industrial no fim do século XVIII, a qual alterou as estruturas econômicas, políticas e sociais daquela época, que passaram a dar maior ênfase à indústria. Com isso, houve um *boom* nos setores industriais que tiveram um crescimento tanto da produção, quanto da absorção no número de empregos, fazendo com que esses setores passassem a garantir a maior contribuição no PIB nacional.

Neste sentido, a agricultura e o rural perderam espaço diminuindo sua importância para a economia, pois já não mais proporcionavam a rentabilidade semelhante aos setores industriais e urbanos. Passaram assim, a considerar o rural como espaço periférico, atrasado e residual; já o urbano, no qual se encontravam as indústrias, como o moderno e o progresso. (PÉREZ, 2001)

Portanto, a partir do século XVIII, o rural e o urbano são apresentados com uma perspectiva dicotômica, como sendo pólos opostos, separados e com características antônimas.

Tal visão associa o rural ao atraso, à baixa densidade populacional, ao isolamento, à falta ou precariedade de infra-estrutura. Já, o urbano, apresenta um significado de progresso, desenvolvimento, modernidade, dinamicidade, concentração de serviços, infra-estruturas, comércio, indústria; ou seja, elementos representativos do desenvolvimento.

Apesar de passados três séculos, tem-se ainda o predomínio dessa visão dicotômica de ambos os espaços, o que se pode evidenciar, segundo Solares (1998), a abrangência não só no meio acadêmico, mas também, e principalmente, no senso comum das pessoas que vêem sempre o rural como o atrasado e o urbano como moderno e desenvolvido.

Tal perspectiva vem sendo acentuada pelo processo denominado de “urbanização do campo”, pois se não considera o rural como atrasado para que urbanizá-lo?

Esse método de análise afirma que as transformações no campo ocorrem no sentido de retirar seu atraso, uma vez que o rural apresenta técnicas precárias de produção e modos de vida não compatíveis com o nível de exigência do sistema de mercado.

Desse modo, aplicar tais elementos ao rural seria levá-lo ao progresso, mas o que se observa é o contrário, pois é uma forma de transformar um território, cujas características peculiares não proporcionam o desenvolvimento, com isso, adaptam-se às formas exigidas pelo capital, segundo sua visão, e ainda, amenizam os problemas desse, como o desemprego e a falta de políticas públicas para o setor agropecuário.

A perspectiva da “urbanização do campo” apresenta uma visão de que só as cidades e as características urbanas representam os elementos que levam ao desenvolvimento e ao progresso. Com isso, deve-se adaptar o rural (território de pouca importância para a sociedade) com essas características, pois não segue sua lógica.

Não se quer aqui menosprezar ou ressaltar a relevância dos espaços, mas lançar indagações e questionamentos que permitam entender a importância destas diferenças, na qual também o rural possui peculiaridades consideráveis para o desenvolvimento da sociedade, e não apenas o urbano, como mostra a visão predominante.

Ao considerar o desenvolvimento histórico, tem-se atualmente um período marcado por transformações nos espaços, o que no rural, vem representar a inserção ou fortalecimento de certas características e uma maior articulação com o urbano.

Dentre estas novas características no campo, há o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas e a pluriatividade da população rural, o que na verdade não tem nada de novo; a mecanização e industrialização do processo produtivo agropecuário; o rural como local de moradia e lazer; a instalação de infra-estrutura social como energia elétrica, abastecimento de água, educação, saúde.

É necessário entender que tais características não correspondem a todos os espaços no Brasil, restringem-se apenas a algumas localidades, mas vêm resultando em muitos questionamentos e tomando uma abrangência, que diante da atual situação posta para o campo, pode-se pensar até que ponto irá assumir uma importância generalizada.

É a partir dessas características mencionadas que surgem muitos questionamentos em torno do processo evidenciado no rural, pois, ou ele está se urbanizando, aderindo feições urbanas (o que leva a uma homogeneização dos espaços até sua eliminação) ou é uma forma de se adaptar ao novo momento conjuntural e estrutural da sociedade para que possa se manter e recriar (enquanto espaço singularmente rural) buscando uma alternativa na forma de sobrevivência.

Considera-se a última perspectiva a mais aceitável, pois se os territórios rurais não aderirem ao novo sistema, poderão ficar ainda mais marginalizados do processo, frente a falta de políticas públicas para os setores agropecuários.

Então, entender o rural como uma categoria histórica que se transforma diante dos diferentes momentos requer também uma revisão conceitual destas realidades, pois essas, conseqüentemente, tendem a se alterar.

Com as mudanças das características do rural faz-se necessária uma análise para entender como se configura tal realidade atualmente, pois como já foi mencionado, a visão do urbano e rural ainda permanece dicotômica e em alguns casos não acompanhou este processo de mudança, o que se pode evidenciar em suas diferentes conceituações que perdem a dinamicidade e peculiaridade de tal território, o que leva a denominações que não conseguem apreender a totalidade de suas relações.

Neste sentido, considera-se relevante uma análise para entender o que é o rural hoje, possibilitando assim compreender suas mudanças sem desconsiderá-lo como território

rural, ou que este vem se urbanizando de tal modo que ocorrerá sua homogeneização aos modelos urbanos, levando ao seu fim. Há a constituição de novas ruralidades e não sua urbanização.

Nesta nova fase, marcada pelo processo de globalização, transformações pós-fordistas das relações de produção e precarização das relações de trabalho, não vêm afirmar o fim do campo, mas sim novas relações que estão sendo estabelecidas de modo que o urbano e o rural possuem necessidades que ambos poderão suprir.

Nesse sentido, Wanderley (2001b) oferece importantes contribuições ao analisar o rural como um espaço que apresenta particularidades históricas, sociais, econômicas e culturais que proporcionam sua integração ao resto do território. Mas estas relações não anulam suas especificidades, ao contrário, fazem com que ocorra esta integração e cooperação. Com isso, o rural se torna um local específico e diferenciado das outras realidades.

Estas diferenças permitem uma integração dos espaços. Mas acredita-se que apesar da dominação das cidades sobre o campo, esse não tende a desaparecer, pois ao mesmo tempo em que se interagem, mantém suas particularidades para que possam permanecer nesta relação, desse modo, criando também as tensões e conflitos entre os espaços, estabelecendo uma dialética entre eles.

A importância de compreender o rural hoje surge da necessidade de um repensar das políticas públicas para o campo, de modo que entendê-lo proporcionará meios para lançar sugestões de propostas de políticas de desenvolvimento rural que contemplem tais peculiaridades e singularidades dele.

Autores como Abramovay (2000) e Pérez (2001) ressaltam o caráter territorial no qual o rural deve ser analisado, pois esse vem passando por transformações tanto internas como externas, estabelecendo novos tipos de articulações e configurando novos territórios.

Ao tomar como parâmetro o território para uma análise do significado do rural, está-se entendendo não apenas como uma base física na qual ocorrem as relações e ações sociais, econômicas e políticas, mas como um espaço que é o resultado destas diferentes tramas. Deste modo, cada realidade vai apresentar configurações espaciais que demonstrarão os tipos de relações estabelecidas.

Com isso, o território é algo construído historicamente pela sociedade. Sendo assim, representa suas relações tanto internas como externas, o que demonstra a maior ligação com o meio urbano. Portanto, torna-se necessário pensar propostas que buscam melhorias tanto para o rural quanto para o urbano, a partir das características das relações existentes entre esses espaços.

Segundo Pérez (2001, p.17), tais propostas de desenvolvimento rural compreendem “un proceso de mejora del nivel del bienestar de la población rural y de la contribución que el medio rural hace de forma más general al bienestar de la población en su conjunto, ya sea urbana o rural, con su base de recursos naturales”.

Nesse sentido, as propostas de desenvolvimento têm como base as peculiaridades do rural e sua articulação tanto entre si, como com outros territórios.

Observa-se ainda a relevância de se pensar em políticas próprias para as especificidades do rural, pois muitas medidas para o campo são derivadas da visão do urbano, o que não contempla a realidade do rural. Sendo assim, estão fadadas ao fracasso, na medida em que impõem alternativas, que neste contexto, não conseguem responder a tais objetivos.

As políticas que levam em consideração tais especificidades contribuirão para um melhor resultado, que é o de propiciar uma melhora no nível de vida tanto da população rural, quanto da urbana, uma vez que são territórios que se relacionam.

Quando se trata de políticas de desenvolvimento rural, não se pressupõe apenas o campo, mas também algumas cidades nas quais suas relações são basicamente típicas do rural. Sendo assim, não é porque determinadas cidades são consideradas urbanas é que são necessárias políticas urbanas. Devem-se privilegiar suas relações e características.

Por isso é que há muitas políticas de desenvolvimento que não surtem resultados, pois apresentam propostas que não correspondem às peculiaridades dos locais.

A partir da tabela 1, visualizam-se as dimensões populacionais por municípios no Brasil, o que se pode entender o predomínio da ruralidade brasileira. Com isso, tem-se que a maior parte de seus municípios são de reduzidos tamanhos populacionais, o que representa uma ampliação do grau de ruralidade das cidades brasileiras, pois apesar de serem consideradas como tal, pelo fato da necessidade política-administrativa, apresentam relações tipicamente rurais.

Com relação ao grau de ruralidade, Veiga (2002) ressalta que as cidades de pequeno (até 50 mil habitantes) e médio porte (de 50 a 100 mil habitantes), apresentam uma economia alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Portanto, são municípios rurais, ou seja, apesar da denominação de cidades, são rurais pelas relações que estabelecem com a terra.

Por outro lado, Wanderley (2001c, p. 04) considera os municípios com população total inferior a 20.000 habitantes como cidades que “pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana”, pois apresentam relações, tanto no campo como na cidade, estritamente ligadas à terra.

**Tabela 1: Números de municípios no Brasil, por tamanho da população.**

| <u>tamanho da população</u> | <u>nº de municípios</u> |
|-----------------------------|-------------------------|
| até 2.000                   | 105                     |
| 2.001-5.000                 | 1.225                   |
| 5.001-10.000                | 1.312                   |
| 10.001-20.000               | 1.382                   |
| 20.001-50.000               | 958                     |
| 50.001-100.000              | 301                     |
| 100.001-500.000             | 193                     |
| mais de 500.000             | 31                      |
| <b>TOTAL</b>                | <b>5507</b>             |

Fonte: IBGE- Censo Demográfico Brasil- 2000

Org.: Ponte, Karina Furini da

Estabelecer um critério, por tamanho populacional, para definir o grau de ruralidade dos municípios se torna complicado, uma vez que o Brasil é composto por realidades distintas ao longo de seu território. Mas, concorda-se que muitos de seus municípios, principalmente os de pequeno porte, apesar de serem classificados como cidades, apresentam relações nas quais a terra é a condicionante principal. Nesse sentido, tais políticas de desenvolvimento devem estar alicerçadas nesses princípios, caso contrário não conseguirão atingir seus objetivos.

## **1.2) Considerações sobre algumas definições do rural.**

Diante de toda esta transformação do campo, torna-se necessário realizar uma análise para compreender como se configura o rural atualmente. Para isso, iniciou-se com as diferentes abordagens vigentes até então procurando entender suas contribuições e limitações para uma compreensão da definição desse novo território rural.

Uma das abordagens restringe-se à perspectiva político-administrativa assumida pelas cidades. Nesse contexto, tem-se a definição estabelecida pelo IBGE (1996, p.09) como

na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondendo às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A

situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

A definição do IBGE privilegia o caráter administrativo assumido pelas cidades. Com isso, são estabelecidas sedes municipais para regular e ordenar determinada região, independente do número de habitantes, de seus aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos.

Outro elemento que se pode entender nessa análise do rural e do urbano para o IBGE é que ele considera como pólo principal o urbano. Sendo assim, definido esse espaço, o restante é rural, ou seja, o secundário.

Segundo Siqueira (2001), as definições de rural tanto do IBGE, como dos PNADs e dos Censos em geral, derivam do Plano Diretor de cada município, o que por sua vez, é elaborado por técnicos, mas são submetidos à aprovação nas câmaras municipais, ou seja, são critérios políticos que vão definir o que é rural. Desse modo, esses têm como base a tradição e representação que o poder público tem do rural, e não os critérios estabelecidos cientificamente, derivados de estudos, que permitem apreender o verdadeiro contexto que envolve cada território.

Outro sentido assumido por tais definições refere-se às questões econômicas, pois os impostos urbanos têm como destino as prefeituras municipais; já os rurais vão para o governo federal. É a partir dessa realidade que há uma necessidade da ampliação da área urbana pelos municípios, pois nesse caso, sua arrecadação orçamentária tende a aumentar.

Na necessidade de viabilizar conceituações administrativas e políticas que permitam a regulação dos territórios, perde-se a dinamicidade e a peculiaridade desses.

Portanto, segundo Abramovay (2000), no Brasil e em muitos países como no Equador, na Guatemala, em El Salvador e na República Dominicana, muitas cidades nas quais a economia e a vida social giram em torno de aspectos rurais, são consideradas urbanas pelo simples fato de possuírem um aparato administrativo que é necessário para a regulação das regiões.

Essa definição permite entender que no Brasil, é urbano quem mora nas sedes dos municípios, independente do tamanho desses e das profissões desempenhadas. Sendo assim, um agricultor que tem como base econômica, social e cultural o campo, mas que vive nas cidades, é considerado urbano.

Outro critério corresponde ao aspecto econômico/setorial, ou seja, está associado ao tipo de ocupação da população. Deste modo, são rurais as localidades que apresentam uma determinada proporção de mão-de-obra empregada na agricultura como em Israel e no Chile (ABRAMOVAY, 2000).

É arbitrário estabelecer uma definição do rural a partir de uma perspectiva de atividades da população, pois se verifica nestas últimas décadas um crescimento no número de ocupações rurais não-agrícolas no campo. Sendo assim, assumir que são rurais apenas os espaços nos quais se praticam atividades ligadas à agropecuária é afirmar a "urbanização do campo", pois estas ocupações não seriam típicas do rural.

Vale ressaltar ainda a definição da FAO/DAS (1998) apud Abramovay (2000, p.06), na qual afirma que

ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas.

Não se pode mais entender o rural e o urbano a partir de uma perspectiva de divisão social e espacial do trabalho em que as cidades são reconhecidas pela indústria e o campo pela agricultura, o que não é verdadeiro, pois está havendo uma mudança das relações de produção e trabalho em ambos os territórios. Tem-se um rural não mais atrelado essencialmente à produção agropecuária, mas sim, à outras atividades industriais e de serviços.

Por fim, há os critérios quantitativos na delimitação dos territórios rurais, privilegiando o tamanho populacional para tal definição. Desse modo, em Portugal, na Espanha, na Itália e na Grécia são rurais os locais com menos de 10 mil habitantes, e há também outros países latino-americanos como: Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá que adotam um limite populacional que varia entre 1.000 e 2.500 habitantes para a definição de rural.(ABRAMOVAY, 2000)

Nessa perspectiva tem-se também o trabalho de Veiga (2002) que acrescenta ainda os critérios de densidade populacional e localização.

Mesmo considerando limitada essa visão, pois não leva em consideração as situações geográficas, econômicas, sociais e culturais de cada localidade, apenas fatores numéricos, não se pode deixar de avaliar sua contribuição. A variável quantitativa tem sua relevância para diferenciar o campo da cidade. O rural, geralmente, apresenta um grau reduzido de população e pouca influência antrópica em seu meio; já o urbano, tem uma maior concentração de pessoas com ambientes mais artificializados.

Para entendermos o território rural, não devemos reduzi-lo somente a uma simples realidade quantitativa, mas sim, considerá-lo dentro de um contexto histórico com suas inter-relações com o urbano, com o resto do território e suas relações estabelecidas internamente.

Portanto, denota-se que os critérios de delimitação do rural apresentam limitações que muitas vezes não permitem compreender que território é esse, relegando-o meramente a resíduos ou localidades com importância secundária.

Neste sentido, há grandes contribuições do meio acadêmico que propõem reflexões sugerindo métodos de análises que possibilitam apreender os territórios rurais a partir de suas características peculiares, principalmente no que se refere às suas atuais transformações.

Com isso, há teóricos como Abramovay (2000), Wanderley (2001a,b, c) e Alentejano (1998) que apresentam métodos mais qualitativos, pois em suas análises dão ênfase às relações que se estabelecem com a terra como ponto principal na delimitação do rural, o que ao nosso ver, permite uma maior compreensão de tal contexto.

Na compreensão do rural, há de se considerar a terra como principal fator de estabelecimento dos tipos de relações econômicas, políticas e sociais da população do campo, ou seja, seu elemento definidor.

Para as relações sociais, há o predomínio de dimensões simbólicas e culturais com a terra caracterizando um sentido de coletividade e cooperação, apesar de que se pode encontrar em muitas realidades rurais um enfraquecimento dos laços sociais, debilitando suas solidariedades coletivas devido à própria competitividade econômica colocada pelo mercado. Mas o sentido de pertencimento ao local permanece, construindo referências identitárias que fazem com que seja possível estabelecer relações políticas a partir das lutas e reivindicações não só por terra, mas por condições econômicas, políticas e sociais mais dignas no campo, tanto para a população que já se encontra na terra, como para aquelas desterritorializadas que buscam sua reterritorialização.

É necessário entender que estas reivindicações ocorrem para que se criem condições de reprodução e manutenção enquanto população rural e no espaço rural.

Nessa perspectiva, Wanderley (2001a) analisa o rural como a constituição de um local de vida, com particularidades de modo de vida e referências identitárias, fazendo com que se construa um sentimento do local.

Esta dimensão política deriva-se da própria contradição colocada pelo capital, pois ao mesmo tempo em que geram condições que favorecem sua lógica, criam também outras contrárias a estas imposições.

Nesse sentido, Wanderley (2001a) oferece importante contribuição ao analisar o rural de forma dinâmica e contraditória, pois ao mesmo tempo em que ocorre a integração com as cidades, ocorrem também as lutas para manter suas particularidades que o urbano tenta aniquilar. Desse modo, as diferenças entre rural e urbano criam simultaneamente identificações e reivindicações, constituindo o rural como um ator coletivo do processo.

Segundo Wanderley (2001a, p.25)

a definição do rural é uma dialética: grupos e instituições o definem atribuindo sentido a estas diferenças e sua ação-notadamente política-afeta estas diferenças, cria e revela outras, às quais são atribuídos novos sentidos.

Com isso, tem-se que o rural apresenta também uma dimensão política de luta e reivindicação que vem crescendo nos últimos tempos como forma de conseguir seus direitos enquanto cidadão rural.

É necessário entender que estas reivindicações ocorrem para que se criem condições de reprodução e manutenção enquanto população rural e no espaço rural.

Nas relações econômicas, o rural não está mais atrelado exclusivamente às atividades agropecuárias, mas ao uso da terra para outras atividades como prestação de serviços, local de moradia e ocupações não-agrícolas, apesar de considerar que essas “novas” atividades não configuram toda a realidade do campo brasileiro. Porém, há uma ampliação dessas características, fazendo com que o rural não mas identificado apenas com as ocupações agrícolas.

Sendo assim, o rural deve ser entendido como um território criado pelas relações econômicas, sociais e políticas que a população do campo estabelece com a terra.

Portanto, considera-se que ao mesmo tempo em que os dados quantitativos apresentam contribuições para se compreender o rural, a ênfase maior se dá para as relações estabelecidas no campo. Essas permitem uma análise qualitativa sobre a realidade, representando variáveis relevantes que permitem entender toda a dinâmica e a peculiaridade desses territórios.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada), 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pud/td/autor005.html>>. Acesso em: 17 nov. 2002

ALENTEJANO, Paulo C. R. Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. Dissertação de Mestrado; CPD/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. Censo Demográfico-Brasil: 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico-Brasil: 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

PÉREZ, Edelmira C. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina?. Buenos Aires:Asdi/ Clacso,, p.17-30, 2001.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRI, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina?. Buenos Aires:Asdi/ Clacso, p.66-79, 2001.

SOLARES, C. J. Lo rural y lo urbano: una reflexión em torno a su definición. In: Avances de investigacion. Universidad Autónoma de Chapingo. Sociologia Rural, nº1, p. 5-28.Chapingo, p. 5-28, 1998.

VEIGA, José Eli. Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. texto inédito, 2001a.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina?. Buenos Aires:Asdi/Clacso, p. 89-112, 2001b.

\_\_\_\_\_. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília: NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), 2001c. Disponível em : <http://www.nead.org.br/artigoddomes/index.php>>. Acesso em: 17 nov.2002.

## O Conhecimento Geográfico Veiculado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia e o Espaço Agrário Brasileiro: Reflexões para uma Geografia Crítica em Sala de Aula

**Noemia Ramos Vieira**

Doutoranda em Geografia da FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Professora de Geografia da Rede Oficial de Ensino. Doutoranda em Geografia pela FCT-UNESP de Presidente Prudente.

Correio eletrônico: [novieira@ig.com.br](mailto:novieira@ig.com.br)

**Resumo:** A Geografia escolar, constitui um dos instrumentos da educação escolar para conscientizar o indivíduo sobre a sua realidade espacial. Voltando os olhos para as contradições socioeconômicas que emergem atualmente no campo brasileiro, defendemos que essa disciplina deva colocar o aluno em contato com um conhecimento que o leve a desvendar criticamente essa dimensão do espaço nacional. No entanto, a análise que realizamos do conhecimento geográfico existente nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia levou-nos a detectar que o modo como o espaço agrário brasileiro foi caracterizado no referido documento poderá comprometer a formação da consciência crítica do aluno sobre a realidade. O presente texto tem como objetivo contribuir com algumas reflexões críticas a respeito do conhecimento geográfico veiculado pelos P.C.Ns Geografia, mais especificamente das concepções utilizadas por seus autores para a caracterização do espaço agrário brasileiro.

**Palavras-chave:** Educação escolar, Ensino de Geografia, PCNs, Espaço agrário, Formação do indivíduo crítico.

## El Conocimiento Geográfico Difundido por los Parámetros Curriculares Nacionales de la Geografía y El Espacio Agrario Brasileño: Reflexiones para una Geografía Crítica en Sala de Aula

**Resumen:** Geografía, constituye uno de los instrumentos de la educación escolar para conscientizar el individuo sobre su realidad espacial. Volviendo sus ojos a las contradicciones socioeconómicas que emergen actualmente en el campo brasileño, defendemos que esa asignatura deba colocar el alumno en contacto con un conocimiento que lo lleve a desvelar críticamente esa dimensión del espacio nacional. Sin embargo, el análisis que realizamos del conocimiento geográfico existente en los Parámetros Curriculares Nacionales para la enseñanza de geografía nos ha llevado a detectar que la manera como el espacio agrario brasileño ha sido caracterizado en el referido documento podrá comprometer la formación de la conciencia crítica del alumno sobre la realidad. El presente texto tiene como objetivo contribuir con algunas reflexiones críticas a respecto del conocimiento geográfico transmitido por los P.C.Ns. Geografía, más específicamente de las concepciones utilizadas por sus autores para caracterización del espacio agrario brasileño.

**Palabras-clave:** Educación escolar, Enseñanza de Geografía, PCNs, Espacio agrario, Formación del individuo crítico.

|              |                |             |          |                |
|--------------|----------------|-------------|----------|----------------|
| Revista NERA | Pres. Prudente | Ano 7, n. 4 | p. 29-41 | jan./jul. 2004 |
|--------------|----------------|-------------|----------|----------------|

## **A educação escolar, o ensino de Geografia e a formação do indivíduo crítico**

Antes de iniciarmos análise do modo como os autores dos PCNs de Geografia abordam, no referido documento, o espaço agrário brasileiro, iremos expor nossas convicções acerca da contribuição da educação escolar, e também, do ensino de geografia para o processo de formação do indivíduo crítico.

A partir de nossa atuação como educadora no ensino público a quase 18 anos e, com o olhar crítico sobre a realidade social que hoje estamos vivenciando, constantemente nos dedicamos a refletir sobre o papel a ser desempenhado pela escola enquanto instituição social e pela Geografia enquanto disciplina do currículo escolar.

Concebendo a nossa sociedade como dinâmica e contraditória, portanto, com possibilidades de transformação, e acreditando que a educação escolar é determinada pela estrutura social na qual está inserida (SAVIANI, 1995), defendemos que a educação, no atual contexto social, muito tem a contribuir para impulsionar a tendência de transformação da realidade social vivida pelos homens e de aprimoramento da qualidade de vida de cada indivíduo.

A participação da educação escolar no processo de transformação social se fará de forma indireta e mediata. O que significa dizer que, de modo específico, ela irá atuar junto à consciência dos indivíduos que atuam na prática social, para que esses consigam encontrar, nas contradições presentes em sua realidade social vivida, as possibilidades histórico-concretas existentes e as condições necessárias para a superação de tais contradições. Sendo assim, a transformação social da qual participará a educação, far-se-á pela transformação do indivíduo.

Para tanto, precisamos de uma educação que esteja articulada com uma proposta pedagógica cujo ponto de referência seja a transformação da sociedade e não a sua manutenção e perpetuação. Nesse sentido, devemos contar com uma prática educativa capaz de munir o indivíduo com bases sólidas de pensamento, para que este, ao relacionar-se com sua realidade, ultrapasse o simples processo de compreensão-adaptação desta realidade, conseguindo assim adaptar a realidade a si, isto é, transformá-la e, assim, “produzir a sua própria existência” (SAVIANI, 1991, p.19)

Neste sentido concordamos com Oliveira quando afirma que, “a relação do homem com sua realidade social não é imediata, mas mediatizada pela apropriação do conhecimento científico” (1996, p.63). Isso porque acreditamos que é a partir do contato com o conhecimento científico construído sobre a sua realidade que o aluno adquire a capacidade de conhecê-la e compreendê-la criticamente.

Duarte (1993), ao teorizar sobre o processo de formação do indivíduo, afirma que é o contato do indivíduo com o saber sistematizado, compreendido pela Arte, pela Filosofia e pela Ciência, que irá elevar a sua consciência ao nível do desenvolvimento intelectual atingido, até então, pelo gênero humano. Segundo esse autor, este processo promove transformações significativas na consciência do indivíduo, o que é fundamental para a existência de um indivíduo livre e gerador do seu próprio destino.

Para este autor, no processo de formação da individualidade humana, a prática pedagógica possui importante papel, pois é através dela que o indivíduo se apropriará do patrimônio cultural acumulado pela humanidade e tomará consciência de que a sua existência é determinada historicamente.

Utilizando as próprias palavras de Duarte:

A prática pedagógica tem um papel fundamental na formação do indivíduo, qual seja, o de ser mediadora entre a vivência em-si, espontânea, da genericidade e a condução consciente da vida pela relação também consciente com o processo histórico de objetivação universal e livre do gênero humano (DUARTE, 1993 p.119).

Nesta concepção, a prática pedagógica está sendo concebida como uma prática direcionada para a formação, pelo indivíduo, “de uma relação consciente entre sua vida concreta, histórica e socialmente determinada, e as possibilidades de sua objetivação ao nível da universalidade do gênero humano” (Idem, p.119).

Nessa perspectiva, podemos concluir que o principal papel da educação escolar dentro do processo de formação do indivíduo é o de levá-lo a compreender que sua existência como ser humano vai além de sua existência empírica, ou seja, levá-lo a conceber que sua existência é determinada historicamente.

Nesse contexto, cada um dos componentes curriculares, nas suas especificidades teórico-metodológicas, irá contribuir para que o indivíduo-educando consiga estabelecer uma relação consciente com sua realidade e compreendê-la criticamente em suas múltiplas dimensões.

Isso nos remete a pensar sobre a participação do conhecimento geográfico no processo de formação do indivíduo crítico.

A ciência geográfica, como um dos componentes curriculares do ensino básico, devido a sua natureza teórico-metodológica, mostra-se como um importante instrumento de conscientização do indivíduo acerca de sua realidade espacial e de seu papel social dentro dessa realidade. Fato este que poderá contribuir para possíveis modificações e aprimoramento da nossa sociedade.

Para tanto, é preciso que esta disciplina coloque o indivíduo-educando em contato com um conhecimento geográfico que o leve a compreender a sua realidade como uma totalidade e a detectar as contradições existentes nela.

Partindo do pressuposto que nossos alunos são sujeitos sociais inseridos em uma sociedade capitalista, entendemos que a conscientização do indivíduo sobre a realidade vivida deve necessariamente passar pela análise crítica do modo de viver capitalista. Nesse sentido, o ensino de Geografia deve estar comprometido em proporcionar ao aluno o contato com um saber que realmente contribua para formar a sua criticidade sobre este tipo de sociedade. É preciso que esse saber contribua para formar indivíduos que sejam capazes de detectar as possibilidades históricas de superação das contradições sociais existentes em sua realidade e de impulsionar o processo de transformação social em direção a uma sociedade mais humana, na qual as conquistas sociais atingidas pelo conjunto da humanidade sejam estendidas a todos.

Para tanto, é preciso que os conteúdos programáticos que comporão o currículo de Geografia do ensino básico sejam selecionados de forma estratégica e intencionalmente .

Nessa direção, consideramos que significativas contribuições podem ser oferecidas pelo conhecimento geográfico construído sob os pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético, pois se trata de uma corrente do pensamento geográfico que trouxe importantes elementos para o desvendamento das contradições socioeconômicas existentes na sociedade capitalista. Cabe lembrar que essa corrente ficou conhecida no Brasil como Geografia Crítica.

De modo específico para o ensino de Geografia, sua influência foi marcante a partir dos anos de 1980, época em que teve início importantes reflexões de natureza teórico-metodológicas acerca da qualidade do ensino que se oferecia nas escolas. A partir daí importantes passos foram dados na direção de um ensino de Geografia comprometido com a formação crítica do aluno em relação à sua realidade espacial.

Entre estes avanços podemos citar o surgimento, em 1986 no Estado de São Paulo, de uma proposta curricular para o ensino desta disciplina totalmente fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético<sup>1</sup>. Construída sob a coordenação da Secretaria do Estado da Educação e com a participação da universidade e dos professores da rede oficial de ensino, tal proposta foi responsável pela

---

<sup>1</sup> SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta Curricular para o Ensino da Geografia: 1º.Grau.**São Paulo: SE/CENP,1986.

introdução de temas importantes dentro do ensino de Geografia, os quais contribuíram para lhe dar o *status* de disciplina curricular, comprometida com a formação do indivíduo consciente.

Ao incorporar os fundamentos do materialismo histórico e dialético, o ensino de Geografia incorporou importantes temas que, até então, não se faziam presentes nas aulas dessa disciplina. Tais temas conduzem os alunos a uma visão crítica da organização espacial da sociedade, à medida que os levam a considerar as relações sociais (de trabalho, políticas e econômicas), existentes entre as pessoas e entre os lugares, como determinações importantes da produção do espaço geográfico.

No entanto, a partir de meados dos anos de 1990, na esteira das transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro, o currículo de Geografia se vê envolto em algumas modificações de natureza teórico-metodológica, as quais, a nosso ver, irão comprometer os avanços obtidos a partir das discussões iniciadas nos anos de 1980.

Trata-se de transformações curriculares que culminaram na elaboração e implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Geografia.

Adeptos da corrente do pensamento geográfico denominada Geografia humanística, os autores dos PCNs na tentativa de valorizar o conhecimento geográfico produzido sob os pressupostos teórico-metodológicos da fenomenologia, lançaram duras críticas às teorias geográficas construídas sob os pressupostos do materialismo dialético insinuando uma secundarização de suas contribuições no âmbito do ensino de Geografia.

Além das críticas realizadas diretamente a essa corrente do pensamento geográfico ocorreu uma omissão de temas da Geografia, fundamentais para o desvendamento da realidade social e econômica vivida pelo aluno.

A partir de uma análise que realizamos no conteúdo deste documento<sup>2</sup> pudemos detectar que seus autores tentaram negar a todo o momento a importância na análise da realidade de categorias introduzidas no ensino pelo materialismo histórico e dialético. Isso é percebido tanto nas orientações teórico-metodológicas iniciais do documento quanto na apresentação dos conteúdos selecionados para trabalhar com os alunos nos ciclos correspondentes

Assim, ao dirigirem-se à Geografia Crítica, os autores do documento justificam a ineficiência desta corrente na análise do espaço pelo fato de ela possuir uma postura teórica que busca compreender o espaço geográfico unicamente como produto de forças econômicas.

Ao discorrerem sobre os dois paradigmas do pensamento geográfico brasileiro – o tradicional e o crítico – e suas influências na prática dos professores, apesar de dirigirem críticas a ambos, detectamos de forma bastante clara que as críticas são dirigidas com mais afinco às influências deixadas pela Geografia Crítica.

De forma direta, procuram semear um descrédito junto aos professores de Geografia quanto à eficiência e à atualidade das propostas curriculares existentes que foram construídas sob a influência da Geografia Crítica.

Admitindo a forte influência desta tendência na construção das propostas curriculares, os autores do documento declaram, num tom de reprovação, que tais propostas são ineficientes para a análise do espaço pelo aluno pois “foram centradas basicamente em questões referentes a explicações econômicas e as relações de trabalho que se mostravam, pelo discurso que usavam, inadequadas para os alunos distantes de tal complexidade nessa etapa da escolaridade” (BRASIL, 1998b, p. 22).

Os autores do documento, numa apologia à corrente da qual são adeptos, incentivam o rompimento definitivo dos professores com os pressupostos da Geografia Crítica quando assim argumentam:

Uma das características fundamentais da produção acadêmica da Geografia dos últimos tempos foi o surgimento de abordagens que

<sup>2</sup> O conteúdo analisado foi aquele direcionado aos 3<sup>o</sup>. e 4<sup>o</sup>. ciclos do Ensino Fundamental, período escolar que compreende da 5<sup>a</sup>. à 8<sup>a</sup>. série.

consideram as dimensões subjetivas e, portanto, singulares dos homens em sociedade, rompendo, assim, tanto com o positivismo como com o marxismo ortodoxo...(Brasil, 1998b, p.23-24)

Propondo que o professor desenvolva com o aluno

Uma Geografia que não seja apenas centrada na explicação empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente pela explicação política e econômica do mundo; que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações, entre eles estabelecidas na constituição dos lugares e dos territórios. (Idem, p.24)

O fato dos autores do documento tentarem convencer o professor a adotar uma postura teórica que leve em consideração na análise da organização espacial os laços afetivos das pessoas com o lugar que habitam, bem como as relações socioculturais das pessoas com a paisagem, não nos parece algo incoerente, pois estes são fatores que de uma forma ou de outra influenciam na produção do espaço geográfico.

No entanto, achamos importante esclarecer que a partir destas críticas lançadas à Geografia Crítica e dos fatos que detectamos na análise dos conteúdos teóricos propostos no documento, acreditamos que o conceito de relações socioculturais foi aí bastante reduzido. As relações interpessoais existentes em nossa sociedade são vistas somente pela dimensão da cultura, excluindo as determinações econômicas, as relações de poder e de trabalho das pessoas que vivem em sociedade.

Ao criticarem a Geografia Crítica, constatamos que os autores promoveram um incentivo ao abandono da análise de fatores econômicos e políticos na interpretação da realidade espacial, o que constitui um erro, pois esses fatores são muitas vezes as principais determinações das formas espaciais surgidas na paisagem, bem como das contradições presentes em nossa realidade espacial. Ao secundarizá-los ou omiti-los, estaremos impedindo o aluno de obter uma visão de totalidade da sua realidade.

Além disso, promoveram uma análise muito reduzida das contribuições dadas pelo Materialismo Histórico e dialético à Geografia. Ao referir-se à Geografia Crítica, o documento o faz, caracterizando-a unicamente como a corrente teórica que realiza a análise da realidade espacial circunscrita às variáveis econômicas da sociedade, omitindo que uma das principais bandeiras dessa tendência era a de considerar as relações sociais e políticas entre os homens como fatores fundamentais na organização do espaço.

Num tom preconceituoso, reduzem todo o trabalho científico produzido pelos geógrafos críticos a uma "Geografia das denúncias e das lutas sociais", classificando toda a produção científica da época como produto de um marxismo ortodoxo e de um processo militante, que ficou marcado por um discurso retórico.

Sendo assim, tais críticas que no documento são dirigidas à Geografia Crítica, chegam-nos como uma intenção de incentivar o professor a excluir do ensino a análise de elementos que possam **levar** o aluno a vislumbrar as necessidades de transformação social.

Apesar dos autores do documento, em alguns momentos, reconhecerem as contribuições teóricas desta corrente para a Geografia, isto se fez de forma bastante limitada, dando maior destaque aos seus pontos negativos.

Na apresentação dos conteúdos a serem trabalhados em Geografia com os alunos, isso fica bastante claro. Temas da Geografia considerados importantes para a análise das espacialidades do mundo atual, como a geopolítica (as idéias, as ideologias e as estratégias políticas), as relações sociais e econômicas entre os homens e entre os lugares do mundo ficaram esquecidos pelos autores do documento. Temas estes que, por coincidência, foram introduzidos no ensino pelos geógrafos críticos.

Esse fato nos leva a concordar com o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, um dos idealizadores da Proposta Curricular do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1986), quando, em uma análise filosófica do conteúdo teórico do referido documento, afirmou que na concepção de Geografia adotada pelos autores, a sociedade está sendo concebida como

“uma reunião de indivíduos e, não a união contraditória de classes sociais em luta” (OLIVEIRA, 1999, p. 54). Fato que levou este autor a concluir que o real objetivo do documento é o de “formar cidadãos que apenas se enxerguem como indivíduos, não conseguindo, portanto, enxergarem-se como classe” (idem, p. 54).

Para melhor compreendermos essas questões consideramos pertinente realizarmos a análise de alguns dos conteúdos propostos pelos PCNs de Geografia para o ensino básico. Optamos por realizar uma breve análise dos conteúdos que, de modo específico, são sugeridos no documento para **levar** o aluno a uma compreensão do **espaço agrário brasileiro**.

### **Os conteúdos dos PCNs de Geografia e o espaço agrário brasileiro**

Em linhas gerais, as teorias da Geografia Agrária, construídas sob os fundamentos do materialismo histórico e dialético, têm se posicionado como importante instrumento de denúncia e de desvendamento das contradições sócio-econômicas existentes no campo brasileiro. Sendo assim, estas teorias possuem um objetivo político bastante claro, qual seja, o de contribuir para a transformação da realidade.

Assim, no processo de desvendamento do real e de construção do conhecimento geográfico, o intelectual busca contextualizar seu objeto no processo histórico de desenvolvimento da sociedade capitalista, bem como considerar as múltiplas relações existentes entre as determinações naturais e histórico-sociais do fenômeno estudado.

Nesta perspectiva, para uma compreensão dos fenômenos relativos ao campo brasileiro é necessário “uma compreensão do desenvolvimento do modo capitalista de produção na formação social capitalista do Brasil” (OLIVEIRA, 2001, p.11), pois “a contradição que move a lógica do capital, certamente é o móvel revelador do desenvolvimento desigual e combinado do campo brasileiro” (Idem, 2001, p.16). Além disso,

Para entendermos o campo no Brasil, seus conflitos e a luta pela terra, temos também que compreender que a economia brasileira hoje está internacionalizada, e que isso é uma característica ímpar do capitalismo: ter nascido contendo virtualmente a sua mundialização. (OLIVEIRA, 2001, p.22)

Partindo desse pressuposto, passaremos agora para a análise do conhecimento geográfico veiculado pelos PCNs sobre o espaço agrário brasileiro.

Voltando os olhos para as contradições socioeconômicas presentes no espaço agrário brasileiro, nos remetemos a alguns questionamentos:

O discurso geográfico utilizado pelos autores dos PCNs de Geografia para a caracterização do espaço agrário brasileiro encontra-se em sintonia com o processo de conscientização do aluno sobre a realidade social vivida?

Os conteúdos programáticos da Geografia, presentes no referencial curricular nacional de Geografia para o ensino básico, mostram-se eficazes para fornecer ao aluno uma visão crítica da questão agrária brasileira?

Para o esclarecimento dessas questões, iremos refletir sobre o conteúdo teórico-metodológico utilizado pelos autores do documento para a abordagem do eixo temático que se segue:

#### **Eixo Temático III - o campo e a cidade como formações socioespaciais**

TEMA 1- O espaço como acumulação de tempos desiguais

TEMA 2- A modernização capitalista e a redefinição nas relações entre o campo e a cidade

TEMA 3- O papel do Estado e das classes sociais e a sociedade urbano-industrial brasileira

TEMA 4- A cultura e o consumo: uma nova interação entre o campo e a cidade

O presente eixo foi construído com o objetivo de orientar o professor a trabalhar o espaço urbano e o espaço rural enquanto partes integrantes “de uma realidade historicamente definida pela divisão técnica e internacional do trabalho” (BRASIL, 1998b, p.65).

No nosso modo de entender, isto significa dizer que o professor deve trabalhar o espaço urbano e o espaço rural enquanto formas espaciais pertencentes a um todo maior, que no caso é o Brasil, país subdesenvolvido, o qual se encontra inserido historicamente ao sistema capitalista mundial.

Isto se confirma, em parte, quando encontramos no documento a orientação de que para o professor conseguir **levar** o aluno a compreender bem esse processo deve se interar do conceito de formação socioespacial e reconhecer sua contribuição enquanto categoria de análise do espaço.

A utilização desta categoria na análise do espaço pressupõe que o professor deve reconhecer a impossibilidade de se estudar um dado espaço sem a compreensão dos fatos históricos que nele se sucederam, ou seja, sem recorrer ao estudo do processo histórico-social que o determinou.

As discussões em torno da formação socioespacial como categoria de análise do espaço geográfico foram introduzidas entre os geógrafos por Milton Santos, a partir da década de 70. Tais discussões se contextualizam no momento em que a Geografia brasileira passa a incorporar alguns dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo dialético na análise do espaço.

Fato que nos parece um tanto contraditório por parte dos autores deste documento, uma vez que, como já comentamos anteriormente, nas considerações iniciais deste trabalho lançaram profundas críticas à contribuição teórica desses intelectuais à ciência geográfica e ao seu ensino, chegando até a preconizar a sua superação.

Santos (1977) criticando a atuação dos geógrafos tradicionais, que em suas análises do espaço se interessavam mais pelas “formas das coisas do que pela sua formação” (1977, p. 81) defende que, sendo o espaço humano um fato histórico, a Geografia só realizará uma verdadeira análise do espaço, principalmente quando diz respeito ao espaço de países subdesenvolvidos, se ela recorrer a história, pois,

somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo é social. (SANTOS, 1977, p.81).

Outro aspecto importante desta discussão em torno do uso da história para a interpretação do espaço, é que o geógrafo não deve considerar o espaço apenas como um mosaico de formas resultantes de diferentes tempos históricos. É importante que se considere a dinâmica social existente em cada um destes tempos históricos, o que significa levar em consideração as relações sociais e econômicas existentes entre as pessoas e os lugares ao longo da história como produtoras das formas espaciais.

Mais recentemente, sobre esta questão, Santos (1998) chamou a atenção dos geógrafos para a necessidade de se distinguir entre paisagem e espaço:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que os anima.(SANTOS, 1997, p. 83)

Baseado nisso, acreditamos que ao analisar com seus alunos o espaço urbano e o espaço rural do Brasil, o professor não pode deixar de levá-los a compreender as relações existentes entre estes espaços, e a dinâmica global determinante destas relações. Para tanto é preciso que o professor coloque o aluno em contato com conteúdos da ciência geográfica que o levem a essa compreensão do espaço.

Nesse sentido, num primeiro momento, as idéias presentes no documento parecem ir ao encontro das nossas convicções sobre o modo como devem ser trabalhadas estas porções do espaço brasileiro. Isto nos é confirmado na seguinte afirmação: “É a história que se coloca junto à Geografia para ajudar o aluno a explicar, compreender e construir idéias sobre a dinâmica das transformações desse espaço que é impregnado de diferentes temporalidades” (BRASIL, 1998b, p.67).

O mesmo podemos dizer, quando o documento procura mostrar ao professor a importância de se trabalhar com o aluno os diferentes tipos de relações de trabalho existentes no espaço urbano e no espaço rural como produto histórico.

No entanto, analisando a abordagem dos temas propostos para o desenvolvimento deste eixo temático, e os conteúdos sugeridos para o desdobramentos destes temas, verificamos que não se cumpre o proposto inicialmente. Existe aí uma abordagem bastante superficial dos conteúdos, o que nos leva a constatar que o ensino de geografia proposto pelo documento tende, unicamente, **levar** o aluno a uma simples constatação de sua realidade espacial e não a uma real compreensão dela.

Partindo do princípio que no início das explicações deste eixo se propõe uma abordagem histórico-social da realidade espacial quando recorre à categoria da formação sócio-espacial para a análise do espaço, verificamos abaixo que os temas propostos para o desenvolvimento desse eixo até indicam que o professor possa recorrer a conteúdos teóricos que consigam dar conta de explicar o movimento social e econômico responsável pelas diferenças sociais existentes no espaço.

TEMA 1- O espaço como acumulação de tempos desiguais

TEMA 2- A modernização capitalista e a redefinição nas relações entre o campo e a cidade

TEMA 3- O papel do Estado e das classes sociais e a sociedade urbano-industrial brasileira

TEMA 4- A cultura e o consumo: uma nova interação entre o campo e a cidade

No entanto, analisando os itens sugeridos no documento para trabalhar o tema 1: “**O espaço como acumulação de tempos desiguais**” iremos verificar que não existe a intenção de demonstrar ao professor a importância de **conduzir** o aluno a um aprofundamento teórico sobre os mecanismos históricos sociais envolvidos nas diferenças existentes no espaço.

Ao contrário disto, a impressão que fica é que basta ao professor, a partir de elementos visíveis na paisagem, seja ela urbana ou rural, **conduzir** o aluno a uma constatação de que as diferenças de tempos históricos e sociais existem, sem no entanto se preocupar em **levar** o aluno a compreender os mecanismos sociais e econômicos que determinaram essas diferenças, ou mesmo, o movimento .

Observando os itens abaixo, isto fica claro:

- Os monumentos, os museus, como referência histórica na leitura e compreensão das transformações do espaço;
- a diversidade dos conjuntos arquitetônicos urbanos de monumentos históricos diferentes e os traçados das vias públicas como referência de compreensão de evolução das formas e estruturas urbanas;
- as cidades históricas barrocas brasileiras: paisagens preservadas e importância para a indústria do turismo;
- as feiras livres como sobrevivência do passado na moderna industrialização;
- as festas e as tradições do folclore brasileiro como resistências e permanências dos traços de nossas identidades regionais;

- os engenhos e as usinas de açúcar no Nordeste: sobrevivências do passado nos tempos atuais;
- o arado e o trator nas paisagens agrárias brasileiras;
- pequena propriedade de subsistência, as relações de parceria no campo e sua coexistência com a monocultura empresarial;
- as relações de trabalho cooperativo e o extrativismo como formas de permanências e resistências às relações competitivas do trabalho assalariado.

Percebemos que os itens dão conta de demonstrar claramente que existem as diferenças de temporalidades no espaço. No entanto, não percebemos a intenção dos autores do documento em **conduzir** o aluno a um aprofundamento teórico sobre os mecanismos determinantes destas diferenças. Os itens propõem um estudo das diferenças espaciais a partir e unicamente dos elementos visualizados concretamente no espaço, como, por exemplo, diferenças de arquitetura urbana, monumentos históricos, museus, tecnologia agrícola e etc.

Não constatamos a preocupação dos autores em chamar o professor para a importância de trabalhar com o aluno o movimento histórico e social do espaço.

Além disso o item intitulado **“pequena propriedade de subsistência, as relações de parceria no campo e sua coexistência com a monocultura empresarial”** nos passa idéia de um espaço agrário onde o moderno e o tradicional coexistem pacificamente.

Assim, detectamos uma prioridade da análise da paisagem em detrimento da análise do espaço.

Além disso, a partir dos exemplos que são colocados ao professor de como trabalhar o assunto, não conseguimos perceber, por parte dos autores do documento, a intenção de **levar** o aluno a uma compreensão de sua realidade como uma totalidade.

Isto fica claro nos trechos abaixo, quando no documento sugere-se a importância de o professor trabalhar com o aluno as diferentes temporalidades do espaço urbano e rural. O que percebemos é uma orientação com o objetivo de **levar** o professor a realizar com os alunos uma descrição da paisagem, não ultrapassando a mera constatação. Considera-se o espaço como uma soma estática de tempos históricos diferentes, não orientando que se recorra a conteúdos da Geografia que levem o indivíduo a compreender a dinâmica da sociedade capitalista existente entre os diferentes elementos da paisagem. A noção de “coexistência” deixa bem claro esse fato:

É importante lembrar que essas diferentes relações com a propriedade, com a natureza e com o trabalho não estão colocadas lado a lado de forma estanque, mas interagem. Pequenos produtores e comunidades indígenas cada vez mais perdem a possibilidade de se determinarem no interior dos grandes sistemas. Pode-se pensar e explicar para os alunos que nas cidades ainda se reproduzem relações de trabalho em que o novo e antigo interagem. As feiras públicas, heranças do passado, convivem com os elegantes e abarrotados hipermercados. Formas artesanais de produção em fábricas domésticas, lembrando o período medieval, coexistem nas cidades com poderosas e automatizadas indústrias modernas. (BRASIL, 1998b, p. 65-66)

e,

Nas cidades ainda encontramos relações sociais de trabalho que lembram o trabalho servil das épocas feudais, em que os trabalhadores não têm nenhuma garantia contratual amparada pela lei, coexistindo com relações contratuais amparadas por sindicatos. ( Idem, p.66).

Além disso, os trechos acima nos revelam a superficialidade histórica adotada pelos autores, quando, ao tentar mostrar a presença de diferentes temporalidades no espaço urbano brasileiro, recorrem a períodos da História Ocidental, dos quais o Brasil não participou, como o Feudalismo e a Idade Média.

Ao abordar a forma como o professor pode trabalhar com o aluno as diferenças de relações de trabalho existentes no espaço rural, assim o faz:

Assim, também é possível encontrar outros exemplos ao estudar as relações sociais de trabalho no campo. Relações de outras épocas, como a de parceria, ou a do trabalho cooperativo das populações tradicionais podem coexistir com as modernas relações capitalistas de produção no campo fundamentadas nas relações contratuais e assalariadas de trabalho.(BRASIL, 1998b, p.68).

Além de verificarmos a superficialidade com que é tratado o assunto, à medida que não sugere a presença da dinâmica social na qual o espaço está inserido, o documento aborda a questão das relações de trabalho no campo de forma bastante ingênua, insinuando uma relação harmoniosa entre o processo de modernização capitalista e os setores tradicionais do campo, quando sabemos que nem sempre isto ocorre em se tratando de um país subdesenvolvido. Haja vista os conflitos fundiários e a violência que temos presenciado no campo brasileiro.

Além disso percebemos que é dada importância ao fato histórico em si e a “marca” que este imprime no espaço e não ao processo histórico e social que a originou. É como se na paisagem coexistissem diferentes tipos de formações sociais.

Outra contradição percebido neste eixo, diz respeito ao modo como é sugerido que o professor trabalhe o tema 2: **“A modernização capitalista e a redefinição nas relações entre o campo e a cidade”**.

Analisando o significado deste tema, entendemos que o professor ao trabalhá-lo com os alunos deverá colocá-los em contato com conteúdos da Geografia que os levem a compreender as transformações ocorridas, a partir da década de 1950, no espaço urbano e no espaço rural do Brasil. Transformações estas que se deram em função da inserção do nosso país no processo histórico de modernização do capitalismo mundial e que não devem ser compreendidas a partir e unicamente do espaço brasileiro.

No entanto, o modo como se discutem o tema e os itens propostos, nos leva a perceber mais uma vez que o assunto é tratado de forma superficial. Ao observarmos os itens propostos para o tema podemos constatar isso:

- a entrada das multinacionais no campo e seu papel nas exportações brasileiras;
- os problemas enfrentados atualmente pelos pequenos e médios produtores no campo;
- o abastecimento das cidades e o papel do pequeno e médio produtor do campo;
- a mecanização, a automação e concentração de propriedade e o problema dos sem-terra;
- Os sem teto nas metrópoles e suas relações com o processo de modernização capitalista;
- as metrópoles como centro de gestão das inovações tecnológicas e gestão do capital e suas repercussões no campo;
- modernização e desemprego no campo e na cidade;
- a importância da reforma agrária como solução para os grandes problemas sociais do campo e da cidade no Brasil.

Verificamos que apesar dos itens sugerirem uma análise dos efeitos negativos do processo de modernização no Brasil, eles conduzem o aluno a apenas uma análise direta das consequências sociais e espaciais do processo de modernização sofrido pelo Brasil nos últimos anos. A contextualização histórico-social do processo não ocorre. Os itens propõem uma análise dos fatos no presente e não percebemos nenhum item ou orientação para **levar** o professor a recorrer a algum conteúdo histórico que dê sustentação aos fatos.

A ênfase é dada aos fatores e as conseqüências da modernização capitalista, sem nenhuma preocupação com o processo histórico-social que as engendrou.

Além do mais, verificamos que o processo de modernização capitalista é restritamente analisado a partir e unicamente da realidade brasileira. Não existe nenhuma preocupação, dos autores do texto, em orientar o professor sobre a necessidade de contextualizar o processo que ocorre no Brasil como parte de um processo global, ou seja, da lógica do sistema capitalista.

Apesar de citarem a modernização capitalista, o fazem como se fosse um processo exclusivo do Brasil. Os únicos momentos em que se insinua qualquer relação entre a modernização ocorrida no Brasil e o capitalismo mundial são os que se referem à presença das multinacionais no Brasil. No entanto, isso ocorre timidamente.

No documento, passa-se a idéia de que o processo de modernização capitalista no Brasil é devido às ações isoladas de empresários nacionais que, na tentativa de obter uma maior produtividade, estabeleceram vínculos com alguns empresários estrangeiros, no caso as multinacionais, e que por fim passaram a ser os grandes responsáveis pelos problemas sociais ocasionados pela modernização capitalista no Brasil.

Isto fica claro em alguns trechos do documento como ao estabelecer algumas críticas ao processo de modernização, o professor é orientado a:

que reflita e critique com seus alunos a crença de que as tecnologias importadas e suas conseqüentes inovações sejam capazes por si só de gerar os impactos necessários para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Fazer com que os alunos percebam que essas tecnologias e seus benefícios se voltaram para os grandes empreendedores do campo que por sua vez passaram a ter seus interesses atrelados às empresas multinacionais em sua grande maioria voltadas para produtos de exportação, inclusive para beneficiar os avanços tecnológicos nos setores secundários e terciários das grandes cidades. (BRASIL, 1998b, p.69)

Ou ainda quando orienta a necessidade do professor

Fazer com que os alunos compreendam que a modernização capitalista no Brasil, onde campo e a cidade foram se inserindo nas novas relações de trabalho, buscando maior eficiência e produtividade, foram os setores hegemônicos das cidades, aliados aos segmentos empresariais do campo, que passaram a ser os maiores beneficiados. Que essa aliança entre os setores hegemônicos do capitalismo no Brasil por sua vez acabou reproduzindo e acentuando as contradições no campo e na cidade. Que o crescimento dos segmentos sociais dos sem-terra e sem-trabalho no campo associou-se aos sem-trabalho e sem-teto nas cidades. Ambos tendo sua origem no processo de concentração do capital e nas inovações tecnológicas importadas empreendidas pelo processo de modernização. Uma modernização que veio se acentuando muito mais para responder aos interesses do grande capital nacional e multinacional com seus centros de gestão e de interesses nas grandes metrópoles e comprometidas com os setores hegemônicos do capitalismo. (Idem, p. 70).

Verificamos que a única referência feita ao processo ocorrido no Brasil e outras partes do mundo foi através de termos como exportação, tecnologias importadas ou capital multinacional, sugerindo que o processo de modernização do Brasil é realizado somente por iniciativa dos empresários brasileiros. Em nenhum momento o papel político do Estado nacional ou multinacional é considerado.

### **Considerações finais**

Diante da realidade social que hoje vivenciamos, defendemos que a educação escolar deve ser uma das modalidades da prática social empenhada na formação de indivíduos que sejam capazes de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo.

Isto se fará a partir do momento em que a educação escolar garantir ao indivíduo bases sólidas de pensamento para que ele possa estabelecer uma relação consciente com sua realidade social e realizar uma leitura consistente e fundamentada de sua realidade, podendo detectar suas contradições e visualizar as possibilidades de construção de uma sociedade menos contraditória.

É neste contexto que situamos a Geografia escolar. Esta é uma disciplina que contribuirá de forma significativa para impulsionar o processo de transformação social, uma vez que constitui um dos ramos do conhecimento científico cujo corpo teórico se faz como importante instrumento de conscientização do indivíduo sobre sua realidade espacial.

Para tanto, é preciso que esta disciplina coloque o indivíduo em contato com um conhecimento geográfico que o leve a compreender a sua realidade como uma totalidade e a detectar as contradições existentes nela.

Assim, o ensino de Geografia deve se comprometer em proporcionar ao aluno seu contato com conteúdos que realmente contribuam para formar a sua criticidade sobre o tipo de realidade vivida. Não se esquecendo que esse contato deve respeitar de forma coerente as especificidades de cada grupo de aluno, tais como faixa etária, maturidade intelectual, etc...

Baseada nestas convicções, a análise realizada dos conteúdos que oficialmente são propostos para o ensino de Geografia nos PCNs, especificamente àquele destinado a **levar** o aluno à compreensão do espaço agrário brasileiro, levou-nos a constatar um fato que compromete o papel da Geografia escolar no processo de formação do indivíduo consciente.

Constatamos que houve a secundarização e até omissão de conteúdos da Geografia que são fundamentais para que o aluno enxergue a sua realidade para além do que ela aparenta. Assim ocorreu um empobrecimento teórico dessa área do ensino, a medida em que os conteúdos propostos e as orientações teórico-metodológicas existentes no documento, vão à direção de um ensino cuja análise da organização espacial da sociedade faz-se a partir e unicamente de seus aspectos mais superficiais.

Levando em consideração o fato de que o processo de elaboração deste documento ocorreu sem a participação efetiva dos principais agentes sociais envolvidos com o processo de ensino e que este documento talvez se constituirá no único referencial teórico-metodológico da maioria dos professores de Geografia, consideramos imprescindível a realização de reflexões envolvendo todos os que atuam nesta área do ensino, para que se esclareçam as limitações teórico-metodológicas existentes no conhecimento geográfico aí contido e os riscos que estas limitações representam para o processo de formação do indivíduo consciente e crítico sobre a realidade social em que vive.

É aí que encontramos significado para o nosso texto. Esperamos que ele tenha contribuído para estas reflexões e possa se constituir em um dos instrumentos de colaboração para a edificação de um ensino de Geografia eficiente na formação de indivíduos que sejam capazes de se situar no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 5ª. a 8ª. Séries. Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

DUARTE, N. A Individualidade Para-si: contribuição a uma teoria histórico- social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Agricultura Camponesa no Brasil. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. “Geografia e Ensino: Os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão” In: CARLOS A . F. A ., OLIVEIRA A .U. Reformas no Mundo da Educação: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p.37-43.

OLIVEIRA, B. O Trabalho Educativo : reflexões sobre paradigmas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas: Autores Associados, 1996.

SANTOS, M. “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”. In: Boletim Paulista de Geografia N. 54. São Paulo: A .G. B., p.81-99, Junho de 1977.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço-Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.(Coleção polêmicas do nosso tempo; v.40).

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 30 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1995.(Coleção polêmicas do nosso tempo; v.5).

## O Espaço Agrário Acreano nas Últimas Décadas do Século XX<sup>1</sup>

**Silvio Simione da Silva**

Doutorando em Geografia da FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Professor Assistente do Depto. de Geografia da Universidade Federal do Acre.

Correio eletrônico: [ssimione@terra.com.br](mailto:ssimione@terra.com.br)

**Resumo:** Neste artigo apresentamos sucintamente resultados da pesquisa que desenvolvemos no período de 1997 a 1999, sobre a recente expansão da fronteira agropecuária no Acre. Aí, analisamos as transformações agrárias ocorridas desde o início da década 1970 até o final dos anos 1990, e suas implicações na dinâmica conflituosa gerada no contexto da reprodução do espaço acreano.

**Palavras-chave:** Questão agrária, Amazônia, Fronteira agropecuária, Conflitos, Reprodução do espaço.

### Agrarian Space in Acre at the End of the Twentieth Century

**Abstract:** The article reports the results of field research conducted from 1997 to 1999 on the expansion of the agricultural frontier in the Amazonian state of Acre, Brazil. Since the 1970s, both cattle ranching and farming expanded significantly in the region, occupying ever larger areas and generating significant conflicts. The article examines the social dynamics of reproducing agricultural space there until the late 1990s.

**Key words:** Agrarian Question, Amazonia, Agricultural Frontier, Conflicts, Spatial Reproduction.

### A Expansão da Fronteira Agropecuária e Mudanças Socioeconômicas Contextualização da Formação Socioespacial da Fronteira Acreana

A formação da fronteira econômica acreana se deu no contexto da expansão da frente pioneira extrativista da borracha do final do século XIX. Esta frente propiciou condições para a ocupação econômica e populacional, em terras brasileiras e não brasileiras na Amazônia. Com isto, tornou este território habitado por migrantes brasileiro, um dos espaços produtivos mais expressivos economicamente na região amazônica. O Acre, então, firmava-se como a maior reserva natural de borracha do mundo, em exploração.

|              |                |             |          |                |
|--------------|----------------|-------------|----------|----------------|
| REVISTA NERA | PRES. PRUDENTE | ANO 7, N. 4 | P. 42-49 | JAN./JUL. 2004 |
|--------------|----------------|-------------|----------|----------------|

<sup>1</sup> - Este artigo, trata das transformações no campo acreano nas últimas décadas, a partir da pesquisa que nos rendeu a Dissertação de mestrado em Geografia - "A fronteira agropecuária acreana" - defendida junto a FCT/UNESP, em 1999, pelo PICDT/CAPES - UFAC.

Nisto, teve-se a formação econômica e sociocultural do território e do trabalhador acreano. É na floresta, na colocação que se tem à definição de um “homem amazônico-acreano”, de um trabalhador familiar – um camponês que se cria nas condições socioambientais específicas em que está inserido. Traduziu-se assim, numa identidade social que se divergia do que lhes foram “propostos” e impostos no processo de rearticulação social, econômica, política da nova frente capitalista que toma o território estadual a partir de 1970. Isto ficava comprovado, na forma em que esta articulação da formação econômica e social local apresentar-se-á perante as rearticulações capitalistas recentes no território acreano, como uma frente pioneira extrativista decadente. Contudo, apesar da decadência da borracha, o Acre teve aí consumado sua formação socioespacial, socioeconômica e sociocultural e, até mesmo territorial.

A fronteira agropecuária, mais recentemente, configura-se numa frente pioneira que “propõem” novas formas e condições de trabalho e produção, readequando-se aos novos momentos do capitalismo na sua territorialização em nível nacional. Impôs transformações tanto no caráter de produção, como sociocultural e socioeconômico. Por “propor” novas formas de produção e de trabalho, numa visão do “novo” quebra com o arranjo espacial da fase da extrativista, no campo e na cidade. Nisto reside às raízes e abrangências dos conflitos produzidos.

O território acreano se apresentará na frente pioneira agropecuária, quase com a inexistência de terras devolutas e já constituídas, na maioria, em propriedades privadas. Por consequência, toda a ação oficial para o assentamento de colonos se deu por via de indenizações à iniciativa privada.

A política de transferência da propriedade de terra e a de colonização ganhava importância oficial do governo estadual. Isto, pois dado à falência dos seringais, o governo lança mão de propaganda em nível nacional, visando atrair investidores externos. Esses argumentos oficiais difundiam tais mudanças como um rompimento da situação de estagnação econômica que o estado se encontrava. Entretanto, isso veio como forma de impedir que com a tomada de consciência dos posseiros/seringueiros de seus direitos sobre a terra, fossem criados empecilhos ao “projeto” capitalista na fronteira acreana. Daí, então, promover a colonização, em especial, nas áreas de conflitos.

Outro ponto que visou esta ação oficial (no conjunto de políticas estaduais e federais) foi acelerar o processo de “mercantilização” da terra. Com isto, redimensionou-se seu significado aos novos momentos de territorialização do capital e do trabalho no espaço acreano. Esses processos se deram com ações distintas conforme a maneira em que foi efetuada a transferência da terra. Aí, identificamos as seguintes ações: a) - com relação aos grandes investimentos, tiveram-se os incentivos fiscais e creditícios; b) - com relação à colonização privada, tiveram-se os preços da terra como atrativos e a ação colonizadora (especuladores imobiliários) facilitada; e, c) - com relação à colonização oficial, teve-se a facilitação do acesso a terra e a sua propriedade.

## **A migração de trabalhadores na realidade conflituosa da recriação camponesa**

É neste contexto de negociações fundiárias e ação colonizadora que se deu maior representatividade aos processos migratórios recentes.

Assim, com base nas reflexões desenvolvidas sobre o processo de colonização e migração, entendemos que na configuração socioespacial agrária acreana, a mobilidade significou: em primeiro lugar, **a reafirmação do latifúndio**, com o avanço de grupos de investidores capitalistas oriundos de outras regiões. Em segundo lugar, **a acomodação da unidade de produção camponesa**, tanto nos PADs (Projetos de Assentamentos Dirigidos) voltados para ex-seringueiros e trabalhadores migrantes, como também nas áreas de loteamentos privados, voltados para ex-proprietários familiares do Centro-Sul.

Apesar da proximidade dos grupos de trabalhadores migrantes com os trabalhadores locais, aí também residiram situações de conflitos. Isto se explica, pois mesmo se caracterizando como camponeses esses grupos sociais são diversos no tempo e no espaço. Por consequência se apresentam de formas diferenciadas no processo de formação da frente pioneira agropecuária. Os trabalhadores migrantes, não são agentes de uma frente de expansão como ocorre na Amazônia Oriental, mas sim de uma frente pioneira atual. Trazem do Centro-Sul concepção de produção de “excedentes”, direcionados ao mercado, buscam a propriedade da terra e lutam para ter (criar) condições de nela permanecer. Não são capitalistas, mas são agentes da frente pioneira agropecuária, ou seja, da rearticulação capitalista no espaço amazônico recente.

Com relação aos trabalhadores locais (posseiros/seringueiros), estes detinham a posse da terra, lutavam para manter um modo de vida, uma identidade de trabalhador amazônico. Viviam numa economia de excedente, porém mais direcionada ao autoconsumo do que ao mercado. Apresentaram-se nesta nova fase da fronteira econômica amazônica-acreana, como membro de uma frente pioneira extrativista remanescente, decadente e perpetuada aos anos 70 do século XX. Portanto, eram agentes produtivos de um momento “histórico ultrapassado” e, por consequência “inadequados”, ao que se buscava por produtivo na frente pioneira agropecuária.

Por final, neste processo de reacomodação da produção familiar, está claro que ainda há dimensões fortes de conflitos entre estes grupos de camponeses. É aí que estes grupos se encontram, se defrontam e são coagidos a promover uma aceleração na mercantilização da terra. Porém, é neste processo que nasce também a resistência camponesa contra a expropriação que os ameaçam. Nisto, centro-sulistas e acreanos, ao se verem vítimas de um mesmo processo – de um mesmo inimigo que os expropria –, começam a perceberem suas proximidades sociais e sentir a necessidade de se unirem, na manutenção de seu espaço e território vivencial. Parece-nos que a participação conjunta destes nos sindicatos e associações de produtores rurais, são exemplos claros disto.

### **Em tempos de conflito, reestruturação fundiária e resistência: Uma resposta à expropriação**

Em face dos conflitos surgidos, no final da década de 1970 algumas medidas começaram a serem tomadas para conter a onda de violência no campo. Surgem os PADs, que como parte da política nacional de colonização, tentaria amenizar as situações críticas de conflitos na Amazônia-acreana. Então, desapropriam áreas com fortes tensões sociais e transformam os estabelecimentos dos posseiros locais em lotes demarcados (80 a 100 ha, conforme o módulo rural para a região e, em formatos retangulares) e com a propriedade do posseiro/seringueiro reconhecida. Ao mesmo tempo para estes projetos de colonização eram trazidos e reassentados trabalhadores expropriados do Centro-Sul (Silva, 1999).

De modo geral, os PADs vieram com a finalidade de ao mesmo tempo resolver os problemas internos locais e servir de escape para as situações de trabalhadores migrantes aliados da terra noutras regiões. Em ambas situações se tentavam impedir o avanço na luta pela terra e pela reforma agrária.

Entretanto, a solução dos conflitos locais com os PADs foi apenas um paliativo. “As colocações”, mais que uma dimensão superficial de terra, representava “um modo de vida seringueiro”, enclavado na floresta e em valores aí desenvolvidos: a quantidade de árvores (seringueiras) dava o seu tamanho e seu formato; o extrativismo o ritmo da auto-exploração; e, da relação com este ambiente criava-se o imaginário social que dava uma significância humana/ecológica distinta ao estabelecimento. A racionalidade de lotes retangulares nos PADs, quebrava a estrutura produtiva das colocações e, por conseguinte do “modo de vida” do trabalhador seringueiro em seu estabelecimento. Daí surge à luta e resistência pela “condição de seringueiro”, da qual provêm vitórias como conquista das primeiras “reservas

extrativistas” (RESEXs). Estas podem ser compreendidas como uma alternativa de reforma agrária mais autêntica para estes agentes sociais, autóctones e, também de respeito ao seu modo de vida e ao ambiente amazônico em geral.

Todavia, como é notório, no Brasil, a colonização sempre caminhou contra a reforma agrária. Nisto sempre trouxe em sua dimensão política, ao lado da possibilidade de acesso a terra a trabalhadores dela já excluídos, o germe da futura expropriação destes sujeitos sociais. No Acre esta situação se repete. A falta de infra-estrutura nos projetos de assentamentos como, as estradas precárias, falta de assistência na saúde, falta de escolas, falta de financiamentos e de assistência técnica, o baixo preço dos produtos, inadequação dos produtos ao mercado local etc., têm demonstrado a inexistência de uma política agrária verdadeiramente condizente com a necessidade de manter o produtor familiar na terra.

Nisto temos então desenhado a situação da problemática em que ressurgem a questão do aumento do número de propriedades familiares camponesas no Acre. Este aumento se dá nos projetos de assentamentos, nos loteamentos particulares e também, no reconhecimento das unidades de produção familiar nas áreas de reservas extrativistas.

Por fim, podemos dizer que nas áreas de projetos de assentamentos, o abandono com que foram entregues os assentados e diante do individualismo que predominavam em meio desses, a expropriação ressurgem com muita força. Grandes números de famílias trabalhadores saem da terra. Porém, há também muitos grupos de trabalhadores que passam a buscar na sua organização interna, condições para se manter na terra. É aí que começam surgir as primeiras organizações coletivas destes trabalhadores com vista a viabilizar sua produção e sua permanência na terra.

### O conflito e a resistência no contexto da fronteira agropecuária

A situação conflituosa que referimos derivava, pois a posse, a “colocação”, representava para os seringueiros, mais que a terra em si (no sentido de sua apropriação privada). É espaço de um “modo de vida” específico de trabalhadores amazônicos – identificado com o ambiente (ecológico e social) em que viviam. Por outro lado, o agente da frente pioneira agropecuária busca o controle da propriedade da terra, mas não entende este significado na luta dos trabalhadores locais. Certamente, aí está a razão dos conflitos se darem em diversas instâncias (fazendeiros & posseiros, trabalhadores migrantes & trabalhadores locais). É neste contexto que emerge as situações relativas aos movimentos sociais de resistência e da própria reestruturação fundiária.

A resistência dos trabalhadores se faz notar no forte sindicalismo que nasce na Microrregião Geográfica de Brasília (sudeste do estado). Este sindicalismo traz em seu princípio uma prática que busca a defesa integral dos trabalhadores locais. Na origem dos Sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) no Acre, está a ação da Pastoral Católica e da CONTAG, no início da década de 1970. É importante ressaltar que tais características, no princípio, afastaram os trabalhadores migrantes dos sindicatos, sendo sua participação mais efetiva somente em meados da década de 1990 (Quadro 01).

**Quadro 01 – Associados do STR/Brasília de 1975 – 1998.**

| <b>Ano</b>  | <b>Trabalhadores acreanos</b> | <b>Trabalhadores migrantes</b> | <b>Total</b> |
|-------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------|
| <b>1975</b> | 900                           | -                              | 900          |
| <b>1980</b> | -                             | -                              | -            |
| <b>1990</b> | 3.950                         | 50                             | 4.000        |
| <b>1995</b> | 4.750                         | 250                            | 5.000        |
| <b>1998</b> | 4.900                         | 1.100                          | 6.000        |

**Fonte:** STR/Brasília - números estimados com bases em documentos e informações fornecidas pelo atual Presidente, “Chicão”.

Eram nas comunidades, nas associações e nos STRs que estes trabalhadores discutiam, e ainda discutem, suas angústias e esperanças. Aí, também traçam entre si, o desafio de encontrar formas de produzir em meio as suas diversidades socioculturais e socioespaciais no campo e na floresta. Nisto o sindicalismo rural redimensiona suas ações e busca ultrapassar sua tradicional postura defensiva (no confronto de classe), com medidas concretas na área de saúde, educação, transporte etc., para seus associados (na assistência aos associados).

Na ação da pastoral da Igreja Católica temos de considerar que a Igreja da antiga Prelazia do Acre-Purus (atual Diocese de Rio Branco), reproduziu-se na fronteira acreana, numa ação em que fé e realidade caminhavam juntas. Neste trabalho as CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases) foram a célula *mater* desta ação de pastoral e dos movimentos e organizações populares. O princípio norteador foi de que a “terra é de quem trabalha”. O conflito era sentido, vivido, anunciado e denunciado na pastoral pelos agentes católicos, numa ação que visava uma evangelização libertadora com ações concretas na resistência.

Ao final da década de 1990, esta configuração já era outra. As CEBs já não representavam a força anterior. A Teologia da Libertação perde espaço gradualmente na pastoral. Os movimentos sociais já ganharam autonomia. Os sindicatos tentam a se articular em níveis de ações mais concretas. A Igreja da Diocese de Rio Branco se rearticula, buscando novas posturas no desafio de redefinições de sua ação de pastoral.

### **Impacto no espaço fundiário**

Na questão da reestruturação fundiária, três processos surgem e são marcas fundamentais:

a) – A reconcentração fundiária. Isso viria contrariar a tendência da aparente desconcentração da terra apresentada em dados estatísticos do INCRA e IBGE. Demonstra uma forma de reconcentrar as terras, onde parcelas menores, lotes do trabalhador camponês passam para as “mãos de poucos proprietários”, mesmo em áreas de colonização (oficial ou particulares). Este processo é uma expressão do grau de expropriação aí gerado.

b) – A rotatividade de proprietários. Refere-se às constantes mudanças de proprietários em áreas de colonização. Reflete a expropriação que paira sobre o produtor familiar camponês, mesmo após terem acessado a terra. Esta rotatividade se dá, ora pela expropriação em que situações diversas os impossibilitam de produzir, ora por terem atingido o limite máximo da exploração de sua propriedade (na época, o desmatamento era permitido até 50%, da propriedade, pelas leis ambientais). Assim, como a “reconcentração”, este processo, no geral, se dispersa a medida que se afasta das vias de circulação com melhor trafegabilidade.

c) – A reconcentração do uso da terra – a expansão da pecuária. Isto tem se dado, em especial, no uso do solo tanto em áreas de assentamentos oficiais, como em loteamentos particulares e fazendas, na formação de pastagens e na criação de gado bovino. É aí que se caracteriza o processo de expansão da pecuária extensiva em solos acreanos, quando é tomado pela expansão da fronteira econômica recente. Ressaltamos que isto jamais significou uma “modernização da agricultura no Acre”, como tem caracterizado alguns estudiosos do campo amazônico (por exemplo: Nunes, 1991).

Essa expansão da pecuária teve significados diversos. Quando a considera referente ao produtor familiar, funciona como uma “poupança”, uma “reserva econômica” para as horas de extremas necessidades. Por outro lado, referindo a fazendeiro/pecuarista, a pecuária significa um investimento que, de qualquer forma, trará retorno lucrativo imediato e significativo.

## **As formas de organizações coletivas: outra perspectiva para o produtor camponês**

Tendo a constatação de que acesso a terra nos PADs e nas da RESEXs, por si só não representava segurança de permanência nela, grupos destes trabalhadores se conscientizam da necessidade de ações mais concretas. Então, a luta de resistência leva ao início da construção de um “projeto de vida” para continuarem a serem trabalhadores familiares autônomo, mas agora unidos em sindicatos e associações e, buscando se integrar ao mercado, como forma de não ser expropriado.

Neste contexto de resistência e busca de caminhos para inserir produtivamente no mercado, foi que nas últimas duas décadas começaram a surgir em todo o estado do Acre e áreas circunvizinhas limítrofes ao sul do Amazonas e oeste de Rondônia (espaço regional que forma, no conjunto, o que denominamos de Amazônia-acreana), associações e cooperativas rurais de produção. Com essas, visavam fortalecer a permanência destes trabalhadores na terra, naquilo que denominam de a “luta na terra” e não mais “a luta pela terra”.

A unidade de produção familiar camponesa fortalecida pelas organizações coletivas de produção e comercialização (associações e cooperativas de produtores rurais), aí encontraria respaldo para colocar seus produtos no mercado. Isto viria a medida que entendia a necessidade eco-ambiental da região, as possibilidades e os ditames do mercado para os produtos típicos e silvestres regionais, produzidos em unidades de produção familiar. Estes trabalhadores, organizados e assessorados por algumas ONGs (em que se destaca o trabalho da Comissão Pastoral da Terra – CPT), passam a almejar mais que uma simples inserção no mercado, mas a inserção com tipos de produtos especificamente regionais, naturais voltados para uma fatia do mercado que exige cada vez mais um padrão ecológico de produção. No campo isto se reverte no desenvolvimento de uma “agricultura sustentável” baseada de preferência em Sistemas Agroflorestais (SAFs) com produtos regionais.

É neste conjunto de propósitos desses camponeses que, então, sobressaem experiências como das centrais de associações produtores rurais: CAPEB (Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Epitaciolândia e Brasília), Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado) de Nova Califórnia, Rondônia, CAEAP (Central de Associações Pequenos Produtores Extrativistas e Agricultores Ribeirinhos do Rio Purus) Boca do Acre-AM., Bom Jesus do Abunã de Plácido de Castro; e as cooperativas: CAEX (Cooperativa Agroextrativista de Xapuri), COOPERIACO (Cooperativa de Pequenos Produtores do Rio Iaco) Sena Madureira, CASAVAJ (Cooperativa das Associações de Seringueiros e Agricultores do Vale do Juruá) Cruzeiro do Sul. Todas estas organizações coletivas já se consumam como iniciativas que demonstram grandes avanços nas conquistas para seus associados/cooperados e, que tiveram suas origens num forte trabalho de base em comunidades, não sendo produtos de políticas assistencialistas governamental ou de qualquer órgão público.

Acreditamos que esta realidade aponta para novas perspectivas de desenvolvimento no campo nesta parte da Amazônia. Nisto a revalorização de produtos regionais e da produção familiar poderão contribuir para uma nova inserção da região no âmbito do mercado nacional e internacional, a partir da viabilização da produção da agricultura, do extrativismo e da agrossilvicultura.

## Considerações finais

Em suma neste processo de reestruturação agrária a fronteira acreana revela suas faces contraditórias aos agentes que produzem o campo: primeiro, porque as dificuldades são generalizadas, mas o sucesso é para poucos. Em segundo lugar, a expropriação é constante para os produtores familiares, porém não é generalizante. A resistência camponesa brota do temor às incertezas das periferias das cidades, mas também da busca de revalorizar sua autonomia, seu “modo de vida”, seu espaço produtivo, suas formas de produzir, suas diversidades de identidades etc.

Toda esta situação traz em si inter-relações contraditórias, que reciprocamente estão contidas em suas essências geográficas, no espaço de um campesinato amazônico. Isto, pois esse campesinato está em processo de reterritorialização nos projetos de assentamentos (agrícolas e extrativista) nas reservas extrativistas. É neste processo da dialética da “fronteira amazônica-acreana” que carecemos de repensar tais dimensões espaciais e territoriais. Dimensões estas, não como espaço de uma fronteira “acabada ou fechada”, mas como espaço fronteiriço, com potencial para se reproduzir em novas dinâmicas ainda no século XXI. Estas dinâmicas já se dão no processo de sua integração total a conjuntura da produtiva capitalista no país (ainda que seja também por vias não-capitalista de produção como, por exemplo, pela recriação do campesinato).

## Referências bibliográficas

ACRE, Governo do Estado. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre: Indicativos para a gestão territorial do Acre – documento final. Rio Branco: SECTMA, 2.000. v.3.

BOFF, Leonardo. Igreja, carisma e poder. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1981. 249p.

BECKER, Bertha K. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira. In: Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território. S.l.:s.n. 1985. p. 90-106

CALAÇA, Manoel. Características da pequena produção no estado do Acre. Rio claro, 1983, 253p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – I.G.C.E./UNESP.

\_\_\_\_\_. Geoestratégia do Capital: novas formas de subordinação do trabalho ao capital na Amazônia sul ocidental brasileira. In: Caderno Prudentino de Geografia, P. Prudente, AGB, jul/99. n.º 21. 71-84p.

CATECISMO DA TERRA. In: Boletim Nós Irmãos. Rio Branco: Prelazia do Acre-Purus, n.12, dez./1977.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. (Tradução para o espanhol: Rosa Maria Rússovich, 1ª edição original em russo, 1925).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT/AC. Reserva extrativista. Rio Branco: CPT/AC. Caderno 3, 1991. 6p.

\_\_\_\_\_. Projeto RECA. Rio Branco, CPT/AC., Arquivo. S.d. 11p. (mimeo).

MARTINS, José de Souza. Expropriação & violência: A questão política no campo. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982. 181p.

\_\_\_\_\_. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

NASCIMENTO, E. Winter. Rumo da terra: Rumo da liberdade (Um estudo dos migrantes rurais do Sul no estado do Acre). Florianópolis, 1985. 145p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais da UFSC.

NUNES, Juraci R. P. Modernização da agricultura – pecuarização e mudanças: o caso do Alto Purus. Rio Branco: Tico-tico, 1991. 107p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991a. 164p.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura fundiária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

SILVA, Silvio Simione da. A fronteira agropecuária acreana. Presidente Prudente, 1999. 375p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.

## As Redefinições do “Rural”: breve abordagem

**Tânia Paula da Silva**

Mestranda em Geografia da FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.  
Correio Eletrônico: [tanggela@bol.com.br](mailto:tanggela@bol.com.br)

**Resumo:** As discussões sobre as transformações no espaço rural, longe de mostrarem-se consensuais, encontram-se em fase de acirrado debate. Desse modo, este ensaio visa contribuir para o atual debate em torno das diferentes leituras que vem sendo efetuadas sobre a dinâmica do rural brasileiro.

**Palavras-chave:** Discussões, Espaço rural, Ruralidade

## Las Redefinicións de lo “Rural”: breve abordaje

**Resumen:** Las discusiones sobre las transformaciones en el ambiente rural, lejos de mostrares consensual, encontra-se en fase de hacinado discusión. De este modo, el objetivo de este ensayo es contribuir para el debate actual acerca de las diferentes lecturas que ven sendo efectuada sobre la dinámica de lo rural brasileño.

**Palabras – Clave:** Discusiones, Ambiente rural, Ruralidad

## Introdução

Destacamos, em primeiro lugar, os debates que vêm sendo travados em torno da questão agrária e mais precisamente sobre o conceito de rural, uma vez que as mudanças do rural atual têm-se transformado no novo objeto de estudo da Geografia Agrária.

De um lado, temos autores que consideram o rural em processo de extinção e por isso mesmo destinado a ser somente um *continnum* do urbano, invadido e dominado por este último. Isto quer dizer que, há uma vertente de autores que discutem o rural e que têm enfatizado o processo de “urbanização do campo”, retirando a relevância do rural, enquanto categoria analítica do campo brasileiro.

Por outro lado, há os que salientam a predominância do rural no cenário atual, principalmente quando as análises são empreendidas no âmbito da unidade dialética cidade-campo. Os autores dessa vertente procuram evidenciar as dinâmicas construídas, atualizadas e emergentes na ruralidade da sociedade contemporânea, garantindo a especificidade de um modo de vida nesse espaço – o rural.

Em segundo lugar, é importante frisar que estes estudos têm encontrado respaldo na reestruturação produtiva que vem sendo implementada em âmbito mundial e se refletindo de forma diferenciada nos espaços regionais, seja por meio da organização da produção (flexibilização), nas relações de trabalho (precarização do trabalho) e organizações sociais (sindicalização dos trabalhadores, movimentos sociais, cooperativismo, etc.). É neste cenário que a análise do rural deve ser empreendida, não como entidade *per si*, mas em sua unidade dialética com o urbano.

## Confrontando idéias acerca do conceito de rural

O meio rural brasileiro está passando por significativas transformações que vão desde a inversão radical dos fluxos migratórios até o surgimento de “novas”<sup>1</sup> atividades econômicas não necessariamente agrícolas. Esta nova fase do rural, o “novo mundo rural”, tem despertado um amplo debate no meio científico em busca de uma (re)definição do conceito de rural brasileiro.

Assim, nas duas últimas décadas, o entendimento do rural, não tem sido uma tarefa fácil e, muito menos consensual entre os seus estudiosos. Pois, conforme dissemos anteriormente, o que se pode verificar nas pesquisas atuais é que há duas perspectivas sobre o rural:

1 - aquela que encontra cada vez mais indícios do desaparecimento das sociedades rurais e, portanto, da sujeição desse espaço social à hegemonia do industrialismo e da urbanização

Nessa primeira perspectiva, as diferenças entre rural e urbano deixam de existir, e se considera que o campo é cada vez mais identificado com a cidade, submetido a homogeneidade nas formas econômicas e sociais de organização e da produção. O que se observa, portanto, é uma retomada da teoria do *continuum* destacando-se que os processos rurais contemporâneos são uma continuidade espacial dos processos urbanos.

2- aquela que observando os mesmos processos, identifica as transformações profundas por que passa a modernidade, mas entende que o rural não se “perde” nesse processo, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade. Neste sentido é interessante a análise de Wanderley (2000, p. 04), onde afirma que: “as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural, mas para a **emergência de uma nova ruralidade**” (grifo da autora).

Partindo destas perspectivas, julgamos necessário realizar uma breve exposição das concepções de José Graziano da Silva e Paulo Roberto Alentejano acerca do rural, pois as análises de ambos se enquadram dentro das duas perspectivas abordadas, no entanto, os autores divergem em suas concepções sobre o rural brasileiro.

A proposta de entendimento do rural e mais especificamente do campo brasileiro, que vem sendo efetuada por Graziano da Silva se consubstancia nos resultados do “Projeto Rurbano”<sup>2</sup> que está sendo desenvolvido no Instituto de Economia da Unicamp, com apoio financeiro da FAPESP e do PRONEX/CNPq-FINEP.

Este projeto coordenado por Graziano da Silva e Del Grossi (1999) tem como objetivo geral a compreensão do que os autores denominam de “novo rural brasileiro”, que compõe-se basicamente de três subconjuntos:

1- uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intrinsecamente vinculada às agroindústrias, ou seja, o chamado *agribusiness* brasileiro;

2- um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e,

3- um conjunto de “novas” atividades agrícolas e não-agrícolas no campo brasileiro, localizadas em nichos específicos de mercados.

<sup>1</sup> Graziano da Silva refere-se a “novas” entre aspas porque muitas dessas atividades são antigas no meio rural brasileiro, mas só recentemente passaram a ter importância econômica e tornaram-se importantes alternativas de emprego e renda para a população rural.

<sup>2</sup> Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” coordenado por Graziano da Silva, que agrega vários pesquisadores de diferentes áreas - economia, sociologia, antropologia, entre outras.

Desse modo, em suas análises Graziano da Silva tem enfatizado que:

A diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um 'continuum' do urbano do ponto de vista espacial; do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária; e, do ponto de vista social, a organização do trabalho na cidade se parece cada vez mais com a do campo e vice-versa (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 01).

A partir destas constatações, o referido autor conclui que o rural brasileiro não pode mais ser entendido como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais, pois adquiriu novas funções, em virtude das "novas" atividades rurais – agrícolas e não-agrícolas - que passaram a configurar o meio rural.

Em sua concepção, o processo de industrialização da agricultura redundou na urbanização do meio rural. Paralelamente a urbanização ocorreu um declínio dos preços dos produtos agropecuários, "*resultado que atesta o sucesso (sic) das políticas de modernização agrícola*"<sup>3</sup>. Neste contexto, as ocupações não-agrícolas apresentam-se como alternativas viáveis a pequena produção rural.

Isto posto, nota-se claramente a compreensão de que os problemas relacionados à produção agrícola já estão solucionados pela atuação dos grandes produtores que se modernizaram pelos estímulos e incentivos do pacote tecnológico instaurado na década de 60. Diante deste quadro, o "lugar" reservado pelo autor, ao camponês é o desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas ou então a agricultura em tempo parcial (*part-time*) ou pluriatividade (combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas por um ou vários membros da família). Pois, o autor afirma que a criação de empregos não agrícolas, no atual meio rural brasileiro, é a única estratégia possível para manter a população pobre no campo e, ao mesmo tempo, aumentar o seu nível de renda.

Evidencia-se, desta forma que a leitura do rural, empreendida por Graziano da Silva, é a de que o seu entendimento depende da inclusão de outras variáveis, como as atividades não-agrícolas inseridas a partir do processo de urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços) e atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais como rã, scargort, etc.), que buscam "nichos de mercado" muito específicos para a sua inserção econômica.

A partir desta conjuntura apresentada pelo autor, com uma agricultura empresarial consolidada, resta ao camponês com ou sem terra a sua profissionalização para se adaptar aos ditames impelidos pela mercantilização do rural brasileiro. Resta saber quais são as reais possibilidades desta proposta ser materializada.

A leitura do rural empreendida por Alentejano, se pauta na sua dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O trabalho teve como objeto de análise a problemática da Reforma Agrária, tendo como foco a dicotomia rural-urbana e a pluriatividade para avaliar o desempenho de assentamentos rurais no Rio de Janeiro. No âmbito de análise específica do rural, o autor publicou recentemente um interessante artigo na Revista Terra-Livre, intitulado: *O que há de novo no rural brasileiro?*.

A postura assumida por Alentejano (1997/2000) é a de que ainda há lugar para o rural como elemento de explicação da realidade, embora tenha sofrido alterações em seu significado atual. Segundo ele, apesar das transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento urbano, o rural não deixou e nem deixará de existir. É preciso superar o estereótipo que se faz do rural como sinônimo de agrícola, de atraso, de natural; ao passo que o urbano é visto como sinônimo de moderno, de progresso, de sede industrial e tecnológica.

<sup>3</sup> Graziano Silva, 1999.

Neste sentido, cabe lembrar, a crítica de Martins (1975), a respeito da dissimulação destes estereótipos em torno do urbano e do rural, pelos governos militares, visando dar respaldo a política de esvaziamento do campo e a criação de uma reserva de mão-de-obra industrial nas cidades. O autor sinaliza as bucólicas histórias de Monteiro Lobato, que transmitiam o caráter “atrasado” do rural pelas decisões atrapalhadas do personagem “Jeca-Tatu”.

Nesta conjuntura, Alentejano conclui que a tarefa fundamental para a compreensão do rural, está no sentido de afirmar a atualidade do par rural-urbano, superando os estereótipos e as dicotomias comumente apregoadas. Para tanto é preciso não se esquecer de que<sup>4</sup>:

1- a modernização do campo, entendida como a difusão de tecnologias e relações de trabalho e produção baseadas na racionalidade técnica e na divisão do trabalho, em alguns locais foi inclusive mais acentuada que nas cidades, onde muitas vezes predominam técnicas e relações de trabalho arcaicas;

2- o domínio da técnica e da artificialidade não é exclusivo do meio urbano, seja porque o espaço rural é cada vez mais transformado e produzido pelos homens, como pelo fato de que cada vez mais se busca a construção de cidades menos artificializadas, onde haja espaço para a preservação da natureza;

3- a indústria não é nem nunca foi um fenômeno tipicamente urbano, como o provam as primeiras manufaturas que se instalavam nas áreas rurais, onde então se concentrava a mão-de-obra, e as atuais fábricas que buscam fugir das grandes concentrações urbanas, em função dos problemas de custo gerados pela aglomeração excessiva - salários, tarifas, impostos e outros gastos elevados -, tendo se concentrado nas cidades em função de condições econômicas, sociais e tecnológicas específicas de um dado momento do desenvolvimento.

Uma vez que, segundo o autor, com essa diversidade de formas de organização social que proliferam, tanto no campo como na cidade, poder-se-ia afirmar que “não existe um “urbano” e um “rural”, mas vários “urbanos e “rurais” (1997, p. 43). Para ele o que distinguiria, o “rural” do “urbano” seria a relação com a terra e a intensidade da territorialidade, ou seja, o urbano representa relações mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação mais intensa com a terra, tanto em termos econômicos como sociais e culturais.

Por fim, o autor reafirma o que dissemos, concluindo que o ponto central para definição da natureza do rural seria:

a dimensão econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra. [...] Não se está dizendo aqui que há uma forma específica de relação com a terra que caracteriza o rural em oposição ao urbano, mas sim que enquanto a dinâmica urbana praticamente independe de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas. As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias (ALENTEJANO, 1997, p. 42-47)

<sup>4</sup> Alentejano (1997, p. 41-2) e (2000, p. 103).

### Concluindo...

Em suma, várias pesquisas indicam que estamos presenciando uma revitalização do meio rural brasileiro, com a ampliação de novas alternativas de renda e trabalho, não mais associada a agricultura *stricto-sensu*, num momento em que o urbano não se apresenta mais como uma alternativa promissora de emprego para um segmento significativo da população originária da agricultura camponesa. Ao contrário, a migração expressiva verificada nos anos 60 e 70 com o processo de urbanização e industrialização, pode ser revertida para um processo de "rurbanização" (urbanização dos espaços de transição entre a cidade e o campo).

Nesse sentido, pode-se dizer que o futuro do rural e, concomitantemente, da agricultura camponesa enquanto atores sociais que o configuram, não deve ser reduzido a explicações apocalípticas. Se assim fosse, a complexidade da atual reestruturação produtiva já estaria resolvida. É preciso construir formulações que contemplem a unidade dialética rural-urbano, bem como identificar e ressaltar a importância social da agricultura camponesa. Já que, a compreensão do que é rural é fundamental para o conhecimento da pequena produção familiar, assim como o conhecimento desta forma de organização social é indispensável para o entendimento do rural.

Desse modo, cabe salientar que embora o espaço agrário esteja passando por transformações significativas, concordamos com Alentejano (1997) e Wanderley (2000), sobre a necessidade de se re-conhecer o rural brasileiro a partir de suas relações com o urbano e também segundo suas relações internas específicas, ressaltando a sociabilidade que garante a manutenção do rural.

Segundo Wanderley (2000) é na apreensão da diversidade e da complexidade do rural, como um espaço próprio gestor de um modo de vida diferenciado daquele produzido no espaço urbano, que será viável que a noção de cidadania (etimologicamente derivada de 'cidade') seja compartilhada legitimamente pelo rural. Para a autora, o estudo dessa nova ruralidade

supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p. 02).

Por fim, diante das posturas assumidas de um lado por Graziano da Silva e de outro por Alentejano, nota-se o consenso de que o rural adquiriu novas funções no cenário atual. Contudo, as posições se contrapõem com relação ao caráter analítico do conceito de rural. Para Graziano da Silva, o rural deve ser entendido pela sua "dimensão urbana" e/ou pela "urbanização do campo". Em contraponto, Alentejano salienta que o rural prevalece enquanto conceito válido e útil, desde que seja entendido em seu par dialético rural-urbano.

### Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. O que há de novo no rural brasileiro? In: Geografia, política e cidadania. Revista Terra Livre, n.15, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José F. *et al.* O Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 60-72, abr./jun. 1996.

\_\_\_\_\_. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo (Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil), São Paulo: Pioneira, 1975.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, agosto, p.90-146, 1997.

\_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar. 2000. (Mimeografado)